



Índice

- 01** Operação na Amazônia visa sobrevivência da etnia mais ameaçada do mundo
- 02** Ruralistas e estudantes se enfrentam sobre conflito indígena, em Campo Grande, MS
- 03** Escolas Xakriabá entram em greve contra resolução da Seduc de Minas Gerais
- 04** Luta dos povos indígenas, por Samia Roges Jordy Barbieri
- 05** Disputa por territórios aflige o país
- 06** 14 de março: Dia Internacional de Luta Contra as Barragens, pelos Rios, pela Água e pela Vida!
- 07** Os discursos e estratégias contra as demarcações de terras dos povos indígenas e quilombolas no Rio Grande do Sul
- 08** Informativo da Aty Guasu: Em Iguatemi, lideranças da Yvy Katu e chefe da Funai são ameaçados por jagunços
- 09** PE – Denúncia contra atuação da PM na terra dos Fulni-ô
- 10** Índio falou, tá falado, por José Ribamar Bessa Freire
- 11** BA – Comunidades quilombolas se unem em apoio ao Rio dos Macacos
- 12** Antropólogos denunciam racismo na regularização de terras quilombolas
- 13** "Não conhecem os Tenharim, e tiram conclusões preconceituosas"



-
- 14** [Amazônia em chamas](#)
 - 15** [Nota Pública: Ameaça de Despejo de famílias em Campos Lindos, Tocantins](#)
 - 16** [Jovem Guarani Kaiowá morre atropelada em rodovia às margens do tekoka Apyka'í](#)
 - 17** [Instalações da faculdade indígena já contam com recurso](#)
 - 18** [Com rosto pintado e cocar, índios provam que sabem jogar futebol](#)
 - 19** [Seduc reúne com associações dos povos indígenas](#)
 - 20** [Denúncia contra atuação da PM na terra indígena dos Fulni-ô](#)
 - 21** [Comunidade Burajuba resiste à incursão de empresas](#)
 - 22** [Prefeitura em seu bairro foi realizada na comunidade indígena](#)
 - 23** [Cotas para negros no serviço público federal são tema de seminário em Brasília](#)
 - 24** [Comunidade Burajuba recebe certificado de autodefinição como quilombola](#)
 - 25** [UFBA abre processo seletivo para índios aldeados e quilombolas](#)
 - 26** [Família mantém tradições indígenas e atrai turistas no Litoral Sul da PB](#)
 - 27** [O ciclo vicioso da Funai](#)
 - 28** [Famílias rurais invadidas e sem solidariedade](#)
 - 29** [Primavera do Leste e o seu problema social indígena](#)
 - 30** [MS – Guarani e Kaiowá se dirigem a Apyka'í para apoiar resistência do tekoha](#)



Operação na Amazônia visa sobrevivência da etnia mais ameaçada do mundo

SÍTIO CARTA MAIOR, 07.02.2014

Para indigenista, a ocupação irregular da terra awá-guajá provoca o mais próximo do que se pode chamar de genocídio, hoje, no Brasil.

Brasília - Está em curso no Amazônia maranhense uma das maiores operações já realizadas pelo Estado brasileiro para desintrusão de uma terra indígena. Trata-se da desocupação de uma área de 116 mil hectares destinada à etnia awá-guajá desde 1992, onde atividades ilegais como a extração de madeira e até o plantio de drogas já consumiram mais de 40% da cobertura florestal e colocam em risco a existência da etnia que está entre os últimos remanescentes dos povos amazônicos sem contato com o que é chamado de "civilização". Em 2012, a ONG Survival Internacional a classificou como a mais ameaçada do planeta.

Nômades, coletores e caçadores, os awá-guajá são classificados pela Fundação Nacional do Índio (Funai) como índios isolados, que demandam farto território para preservar seu modo de vida tradicional. Entretanto, com as ocupações irregulares dos últimos anos, vêm sofrendo um extermínio progressivo, causado pelas doenças provenientes do contato. Há suspeitas até mesmo de execuções sumárias comandadas pelo crime organizado que atua na região. "A situação da etnia é de vulnerabilidade extrema. É o processo mais próximo do que se pode chamar de genocídio, hoje, no Brasil", alerta o chefe da Coordenação Geral de Índios Isolados da Funai, Carlos Travassos.

Embora as terras dos awá-guajás tenham sido destinadas aos índios há duas décadas, ela só foi demarcada oficial por ato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003. A luta judicial pela posse da terra se arrastou por dez anos, e a decisão que determinou a desintrusão tramitou em julgado somente em 2013.

Para cumpri-la, o governo federal destacou para a área um contingente não divulgado de servidores públicos de diferentes áreas, incluindo Incra, Ibama, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Abin e Forças Armadas, além da Funai e da Secretaria Geral da presidência da República, que coordenam a operação.

Mesmo assim, a tarefa não tem sido fácil. Além das dificuldades geográficas inerentes à mata fechada, a força econômica que se impôs no local resiste. E usa, para tal, centenas de brasileiros simples, humildes, que se estabeleceram na área em busca do sonho de ter seu próprio pedaço de terra. Segundo o coordenador-geral dos Movimentos do Campo da Secretaria Geral da Presidência da República, Nilton Tubino, os invasores entraram ali ciente de que as terras pertenciam aos índios. Portanto, não têm direito a nenhum tipo de indenização.

O Estado, porém, reconhece entre eles uma maioria de brasileiros simples - pequenos

CONT.



agricultores que vivem da plantação de mandioca, do extrativismo na floresta ou que trabalham nas grandes fazendas vizinhas. Por isso, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) acompanha a operação com o intuito de identificar e cadastrar possíveis beneficiários da reforma agrária, que serão inseridos em lotes vagos de assentamentos já criados e em outros, em estudos, em terras a serem adquiridas na região ou em terras devolutas da União e do Maranhão. Mas na área também há médios e grandes grileiros, inclusive na atividade pecuária, que terão que deixar o local.

Na semana passada, o governo concluiu a notificação para retirada voluntária das 427 famílias que vivem na área. O prazo termina no final de fevereiro. Até o momento, só 235 famílias requisitaram cadastramento no Incra. De acordo com Tubino, os motivos da baixa adesão vão desde a falta de documentos pessoais até a incredulidade de que o governo irá levar a cabo a missão de desobstruir à área. O problema da falta de documentação, mais fácil de resolver, levou outras equipes de servidores públicos à região. Até o início desta semana, foram expedidas 105 carteiras de trabalho e 75 CPFs. E 28 famílias foram inscritas no Bolsa Família, o principal programa social do governo. A campanha termina nesta sexta (7).

Já o problema da desinformação é mais grave. Os madeireiros que lucram com a devastação da área não querem abrir mãos de suas atividades criminosas e, por isso, incitam os pequenos a permanecerem na terra indígena, prometendo que a terra deles será regularizada. Informação oficial e contrainformação do poder econômico local disputam corações e mentes de pouca instrução e pouca fé em um Estado que demorou décadas para se fazer presente.

Histórico awá-guajá

De acordo com Carlos Travassos, há relatos da presença dos índios awá-guajá na região desde o século XVII. O primeiro contato oficial, entretanto, ocorreu em 1979, quando a política indigenista da ditadura promovia a atração dos grupos classificados como arredios, com o objetivo de fixá-los em uma área específica e, assim, facilitar o atendimento médico e a segurança alimentar do grupo. O pano de fundo, entretanto, era a necessidade de extinguir os conflitos na Amazônia para a construção dos grandes projetos do regime, como a Estrada de Ferro Carajás.

Nos anos seguintes, mais seis contatos foram realizados. Deles, resultaram a criação de duas aldeias awá-guajás que possuem hoje, juntas, 400 índios. "A desintrusão chega em um momento em que a aldeia Juriti, por exemplo, tem seu espaço de caça restrito há 6 km, enquanto antes era de vários dias de caminhada. Se o Estado não intervir, eles morrerão de fome", explica Travassos.

Há também outros grupos que, para evitar o contato com as frentes de atração, embrenharam-se cada vez mais na mata. O número de indivíduos nessas condições é impreciso. Monitoramento que vem sendo realizado pela Funai, desde 1997, aponta que pelo menos dois grupos familiares ainda vagam pela região.

Entretanto, suas condições de sobrevivência estão cada vez mais difíceis.

O coordenador da Funai lembra também que, desde o fim da ditadura, a política indigenista

CONT.



brasileira mudou. Se antes a meta era o aldeamento forçado, o objetivo hoje é respeitar o modo de vida tradicional das etnias, demarcando território suficiente para que possam viver isolados, se assim o quiserem. "O contato traz, historicamente, uma média de perda de 50% da população", justifica o indigenista.

Planos futuros

De acordo com o coordenador-geral dos Movimentos do Campo da Secretaria Geral da Presidência da República, a previsão inicial é que a operação de retirada dos não-índios esteja concluída até o final de março, inclusive com a destruição de todas as construções erguidas na área. A etapa seguinte constará do fechamento de todas as estradas abertas por madeireiros e plantadores de drogas, o que dificultará o acesso ao local.

O chefe da Coordenação Geral de Índios Isolados da Funai acrescenta que há planos também para a construção de uma estrada perimetral, no contorno da terra indígena, que permita ao poder público efetuar um monitoramento mais intenso da área. Além disso, está em andamento a construção de uma base de operações do poder público na área. Há ainda, projetos de reflorestamento da área descoberta da floresta que envolve, inclusive, índios que vivem em aldeias vizinhas.

Uma outra ação prevê uma campanha de educação etnoambiental a ser efetivada nos quatro municípios em que a terra indígena está cravada, além de outros cinco do entrono. "São municípios pobres, que vivem basicamente da madeira. Se não houver uma ação pontual do poder público federal em parceria com estado e municípios, as invasões vão continuar e as doenças e outros problemas sociais, como alcoolismo e drogas, acabarão atingindo os awá-guajás", afirma Travassos.



Ruralistas e estudantes se enfrentam sobre conflito indígena, em Campo Grande, MS
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 07.02.2014

Por Bruno Chaves e Kleber Clajus, em Campo Grande News

Produtores rurais e universitários se enfrentaram durante protesto na tarde de hoje na Praça do Rádio, no Centro de Campo Grande. Enquanto os agricultores e pecuaristas criticavam o movimento pela demarcação de terras indígenas, os estudantes e artistas defendiam os índios. Houve confronto verbal, com algumas pessoas exaltadas de ambos os lados. O acirramento dos ânimos exigiu a intervenção da Polícia Militar, que separou os dois grupos.

Cerca de 70 pessoas simpatizantes ao "Movimento Nacional de Retomada do Brasil" – evento criado no Facebook com a pretensão de se tornar uma mobilização nacional em defesa da propriedade privada. De acordo com Pedro Pedrossian Filho, que organizou o movimento, um dos principais pontos tratados é o de que o proprietário rural está aprisionado dentro de suas propriedades por conta do risco de elas serem invadidas.

"Eu mesmo vivo há três anos dessa forma em Miranda. Onde antes eu conseguia produzir cinco cabeças de gado por hectare, hoje produzo apenas uma", disse, afirmando que sua propriedade rural possui mil hectares e a produção caiu em decorrência do risco de invasão.

Pedrossian defende a união dos produtores em cima de uma causa, a de desmistificar a questão das demarcações de terras. Ele acredita que não haverá pagamento por parte da União e que o governo está ganhando tempo por conta das eleições.

"As demarcações, já foram provadas que são fraudulentas, como no caso da minha propriedade", comentou para o público presente.

Protesto do protesto – Cerca de 30 pessoas, a maioria acadêmicos do curso de Ciências Sociais da UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul), também foram ao local protestar, mas contra os produtores rurais.

Eles estavam com os rostos cobertos e evitaram falar, até mesmo com a imprensa. Um jovem de 22 anos, que preferiu não se identificar, resumiu o movimento explicando que os produtores não entendem a lógica cultural indígena.

"As demarcações estão ocorrendo agora porque nunca ocorreram antes, como em 1988, por exemplo, como preconizava a constituição", falou. O restante do grupo está com cartazes com frases de protesto.

Jorge de Barros, 50 anos, artista do Coletivo Terra Vermelha, entidade que luta pelos direitos dos povos indígenas, também foi à praça e disse que "o latifúndio tem uma fala que não é verdade, de que produz para o Brasil, quando na verdade produz para o bolso deles".

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 25./ 2014

Brasília, 10 de fevereiro de 2014.

O artista deixa claro que também falta do poder público uma definição sobre a questão e dos fazendeiros que invadiram há muitos anos as terras indígenas. "É preciso solucionar essa dinâmica", pensou.

Ânimos exaltados -Durante o ato, os universitários gritavam palavras de ordem contra os produtores. "Onde o boi come, o índio passa fome", gritavam os estudantes. Alguns chamaram os produtores de "facistas".

Em determinado momento da manifestação, defensores dos fazendeiros e estudantes discutiram, trocaram ofensas e ficaram de dedo em riste uns com os outros.

Cerca de 30 policias militares fizeram a segurança do local.



Escolas Xakriabá entram em greve contra resolução da Seduc de Minas Gerais
SÍTIO CIMI, 07.02.2014

Equipe Xakriabá – Cimi Regional Leste

As sete escolas do território Xakriabá, que atendem 3 mil alunos, permanecerão com as aulas suspensas, em greve, até que a Secretária de Educação do Estado de Minas Gerais revogue portaria que reduz o quadro de servidores na educação das aldeias do povo.

A decisão foi tomada na última quarta-feira, 05, durante Assembleia Extraordinária do Povo Xakriabá (foto ao lado), que ocorreu na aldeia Brejo Mata Fome, Terra Indígena Xakriabá, tendo como ponto de pauta a avaliação dos 16 anos de Educação Escolar Indígena Diferenciada no povo.

Para os indígenas, a educação diferenciada sofre com intervenções desastrosas do estado, tal como a resolução Nº 2.442/13, da Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, que reduz drasticamente os servidores da educação na comunidade. Por isso decidiram pela paralisação.

O encontro contou com a presença de mais de 600 indígenas. Saúde e luta pela terra também foram assuntos levantados pela assembleia, na medida em que apareceram dezenas de falas com duras críticas aos serviços de saúde e garantia da terra tradicional do povo.

Os Xakriabá, como encaminhamento, apresentaram um abaixo-assinado das 32 aldeias do povo, assinado pelos aliados presentes na assembleia, contendo as reivindicações dos indígenas. Anexado ao documento final do encontro (leia abaixo), o abaixo-assinado será encaminhado para a Fundação Nacional do Índio (Funai), Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) e Secretária de Educação do Estado de Minas Gerais.

A posição tirada pela assembleia será a defendida pelas lideranças em duas audiências públicas no próximo dia 11: uma com a Funai e a outra com a Secretaria de Educação. Leia na íntegra o documento da Assembleia do Povo Xakriabá:

Documento do Povo Xakriabá

O povo Xakriabá, reunido em Assembleia Conselho Comunitário de Segurança Pública Xakriabá, juntamente com a Educação Indígena Xakriabá, realizada no dia 05 de fevereiro de 2014, na Aldeia Brejo Mata-Fome, contando com caciques, lideranças, diretores, professores, auxiliares de secretaria, auxiliares de serviços gerais, EEB, vice-diretores, bibliotecários, coordenadores pedagógicos e a comunidade em geral, para discutir os problemas decorrentes ao funcionamento das escolas indígenas durante esses 16 anos.

Diante do processo avaliativo desse período, temos constatado as dificuldades recorrentes em
CONT.



função das constantes resoluções estabelecidas pela Secretaria de Estado de Educação. Uma vez que tais medidas não consideram a forma de organização do nosso povo, desrespeitando e impossibilitando a nossa autonomia na Educação Escolar Indígena, bem como prejudicando diretamente o funcionamento das nossas escolas, a exemplo da resolução nº 2.442 da SEE, de 07 de novembro de 2013, que interfere drasticamente no quadro de funcionários das nossas escolas impossibilitando o seu funcionamento.

Baseado na resolução para o funcionamento das escolas no correr deste ano, ficou sacramentando a diminuição de 45 funcionários (sobretudo auxiliares de serviços gerais e auxiliares de secretaria), o que representa diminuição de cerca de 34% de profissionais nas nossas escolas. Já estávamos buscando solucionar outros problemas dos anos anteriores como: abertura de novas turmas, vacância de auxiliares de serviços gerais que atenda a demanda, construção, ampliação e reforma de escolas, transporte escolar e agora nos deparamos com mais esse problema: diminuição de servidores nas nossas escolas.

A realidade das escolas indígenas foi desconsiderada pela Secretaria de Educação, pois funcionamos com sete escolas sedes distribuídas em 32 endereços, com aproximadamente 3000 alunos. A secretaria não respeita também o direito a uma educação escolar diferenciada para nós povos indígenas, assegurado pela constituição federal de 1988 e pela convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre povos Indígenas e tribais. Desconsidera ainda outras medidas: o Parecer 14/99, as resoluções 03/99 e 05 de 22 de junho de 2012 do Conselho Nacional de Educação (CNE).

Diante do exposto, reivindicamos as seguintes providências da Secretaria Estadual de Educação:

- Reposição e ampliação do quadro de funcionários (auxiliares de serviços gerais e secretarias), que atenda a demanda atual, respeitando a participação e autonomia da comunidade;
- Construção e ampliação das escolas onde há demandas e reforma das existentes;
- Melhorias na remuneração dos servidores.

Junto ao Ministério Público Federal (MPF):

- Audiência Pública para discutir a criação da categoria Escola Indígena na esfera estadual.

Informamos também que por decisão unânime do nosso povo Xakriabá, decidimos que o ano letivo só se iniciará a partir do momento em que a Secretaria de Educação garantir que nossas escolas tenham recursos humanos, materiais e financeiros para seu pleno funcionamento garantindo uma educação de qualidade para nossas crianças e adultos.

Povo Indígena Xakriabá, 05 de fevereiro de 2014



Luta dos povos indígenas, por Samia Roges Jordy Barbieri

SÍTIO AGORA MS, 07.02.2014

O dia 7 de fevereiro foi instituído pelo decreto presidencial nº11696 de 12 de junho de 2008 do Governo Lula como o dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas. Entretanto, temos, a bem da verdade, o desejo de fazer um MANIFESTO CONTRA A VIOLÊNCIA perpetrada diuturnamente contra os direitos humanos dos povos indígenas. Seria bonita a comemoração e a designação da data se vivêssemos em paz com os habitantes originários da nossa terra. Essa não é a realidade em que vivemos. O que vivemos no Estado do Mato Grosso do Sul é a dizimação da cultura, da língua, dos costumes, do povo, e, principalmente, a falta de demarcação das terras indígenas. O genocídio, etnocídio são alarmantes, com morte de lideranças que buscam o reconhecimento do seu direito à terra, consagrado na Constituição Federal de 1988, no Estatuto do Índio, na Declaração dos Povos Indígenas da ONU ratificada por mais de cento e quarenta países, sem falar da Carta das Nações Unidas mais conhecida como Carta de São Francisco, e uma infinidade de Tratados e Pactos Internacionais ratificados pelo Brasil.

Poderíamos ficar horas falando o nome de mais de 250 líderes indígenas mortos, mas citamos alguns como mártires da sua luta, que foram Marçal de Souza, Marcos Verón e Nísio Gomes, que segundo inquérito está considerado como desaparecido. A coincidência é a escolha de líderes que são mártires pela escolha do genocídio de sua etnia: a guarani kaiowá.

Em vez de mortes, poderíamos falar de protagonismo indígena, de autodeterminação, direito à alteridade e à diferença, educação diferenciada, conhecimentos tradicionais associados à diversidade, medicina tradicional, do etnodesenvolvimento e da etnossustentabilidade, uso e manejo do solo de forma sustentável. Seria este o nível do diálogo, mas que diálogo?

Estamos ainda no obscurantismo e na barbárie, no diálogo do mais forte, nas oligarquias capitalistas. Para esses não existe sequer DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA, e o que falar do direito do outro, das minorias e dos excluídos?

A pergunta que fica é, onde está o Estado Democrático de Direito? Por que tanta omissão do Estado Nacional com os povos indígenas? Por que a guerra entre fazendeiros e povos indígenas? Onde isso vai dar?

Estamos praticando o nazismo, o apartheid "social" ou vivemos na Faixa de Gaza? O que nós estamos vivendo? Onde fica o desenvolvimento? Não pode ele ocorrer em conjunto, com a identidade cultural dos habitantes originários, ou falta imaginação para o capitalismo que não conseguiu ainda tirar proveito da "era dos orgânicos" e do capitalismo "verde" tão em moda atualmente?

Tudo isso poderia existir se houvesse por parte do Estado Nacional boa vontade na definição da demarcação de terras indígenas. São apenas 0,2% de uma população em 10% de território. Esses números não podem justificar tanta violência.

CONT.



De uma forma mais moderna, podemos falar na economia que poderíamos ter com o conhecimento tradicional dos povos indígenas, através da venda de produtos produzidos em terras demarcadas, com a garantia do selo "verde" de procedência de produtos utilizados com conhecimentos tradicionais, utilizando o uso e manejo do solo, de forma sustentável, sem a utilização de agrotóxicos, por exemplo. Temos mais alternativas, como a exportação do artesanato indígena, ou o recebimento de "royalties" pela utilização do saber milenar que é saqueado do Brasil através da biopirataria praticada pela indústria farmacêutica na venda de remédios. Esses são alguns exemplos possíveis para quem quer encontrar uma solução mais pacífica e menos cruel para os povos indígenas, que têm direito humano à existência, à cultura, à autodeterminação, à igualdade.

Tantas perguntas e nenhuma solução, só mortes e mais mortes, não há acordo. Nesse sentido, a criação da Comissão Permanente de Assuntos Indígenas da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Mato Grosso do Sul foi muito útil com este momento tão desalentador de violência, pois defende os direitos humanos dos povos indígenas, de forma singela, mas pontual, com todos os seus laboriosos membros.

A COPAI, como é chamada, vem tentando pautar a sua atuação baseada no estudo do Direito Indígena, como ramo autônomo do Direito, ramo especial do Direito Público, primando pelo contido no Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, de que não existe justiça sem o advogado e mais, como advogados somos defensores da ordem jurídica, do Estado Democrático de Direito, dos direitos humanos, da justiça social e devemos pugnar pela rápida administração da justiça e pelo aperfeiçoamento da cultura e das instituições jurídicas. Este é o contido nos artigos 2º e 44, respectivamente do citado ESTATUTO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL.

Dessa forma a COPAI atua dentro das normas legais e do seu regimento, trabalhando em conjunto com os que defendem os direitos humanos dos povos indígenas, participando do dia a dia da luta desses povos, ou no exterior, participando do FORUM da ONU sobre os Direitos dos Índios, com participação dos povos do mundo inteiro, ou ainda participando de Conselhos Municipais como o de Campo Grande, de movimentos sociais e do CONDEPI, que tem o foco de defesa dos povos indígenas, e nasceu no seio da OAB. Defendemos a cultura e a alteridade dos povos indígenas na SEMANA DO INDIO na OAB. Mesmo assim, não podemos nem pensar em comemorar o dia de luta dos povos indígenas, porque mesmo trabalhando todos os dias em prol dos direitos indígenas, não podemos ainda descansar para comemorar O DIA DE LUTA DOS POVOS INDÍGENAS, infelizmente.

Quem sabe Andre Baniwa, liderança indígena e vice-prefeito de São Gabriel da Cachoeira possa nos ensinar sobre assuntos palpitantes como: Conhecimentos tradicionais e Patrimônio Cultural, Intercâmbios entre povos e relacionamento com parceiros, Mobilização, aliança e diplomacia entre governos no 1º Encontro de Lideranças em comemoração ao DIA DE LUTA DOS POVOS INDÍGENAS, que começa neste dia 7 de fevereiro.

Dessa forma, poderemos, quem sabe, comemorar o DIA DE LUTA DOS POVOS INDÍGENAS, pensando no dia de um futuro mais justo e solidário, que respeite os direitos humanos e a dignidade dos povos indígenas. A luta continua!!!!

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 25./ 2014

Brasília, 10 de fevereiro de 2014.

*Samia Roges Jordy Barbieri

Presidente da Copai/OAB/MS



Disputa por territórios aflige o país

SÍTIO JORNAL DO TREM, 07.02.2014

Hoje, 7, é o Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas. Assim como outras, essa minoria tem motivos legítimos para lutar

Rayane Santos

"A luta indígena é de todos os brasileiros, porque enquanto os direitos de grupos menos favorecidos não forem garantidos, não estarão sendo garantidos os direitos de ninguém", afirma o antropólogo Rinaldo Arruda.

Atualmente, o atendimento à saúde indígena "é ruim e insuficiente, suas línguas e seus conhecimentos não são valorizados e há pouco apoio para a gestão de seus territórios. Direitos básicos, garantidos na Constituição, continuam sendo negados", diz o antropólogo Luís Grupioni.

A Constituição Federal garante, por exemplo, que as terras habitadas por tribos indígenas sejam delas por direito. Mas, na prática, isso não acontece.

Conflitos

Atualmente, a Funai (Fundação Nacional do Índio) é o órgão que demarca territórios indígenas, após avaliar o tipo de ocupação e a conexão que a tribo tem No ano passado, indígenas invadiram o plenário da Câmara dos Deputados (em Brasília) protestando ontra a proposta de tirar a competência de demarcação de reservas da Funai com o local. Uma vez que o território é demarcado, o proprietário legal deixa de ter poder sobre ele. Portanto, a maioria dos donos de terras e agropecuários abre processos jurídicos contra a ação, o que faz com que as demarcações levem décadas para serem concluídas.

"Determinadas ações deixam os processos praticamente parados, o que faz com que as regularizações demorem muito. Situações como essas vêm se arrastando a tanto tempo que gerações de famílias indígenas convivem com o mesmo processo e com as mesmas questões não resolvidas há décadas, sem ter um espaço demarcado oficialmente para viver", afirma o antropólogo Marcos Albuquerque.

Descaso

No governo de Fernando Henrique Cardoso foram demarcadas 145 áreas indígenas, no governo Lula, 84 e na gestão de Dilma Rousseff, apenas 10.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 25./ 2014

Brasília, 10 de fevereiro de 2014.

“Vistos como um empecilho para o progresso econômico do país, os povos indígenas ainda são encarados pela sociedade como ‘não pessoas’”, reflete a antropóloga Vanessa Caldeira. “Enquanto as demarcações não forem concluídas, cada um dos interessados nos territórios vai tentar fazê-la do seu jeito”. E o artifício que mais tem sido usado é a violência.

A antropóloga acredita que para melhorar esse cenário é preciso que sejam concluídos o quanto antes os processos de demarcações pendentes.

Impasse

A Casa Civil anunciou que pretende diminuir os direitos da Funai e transferir a sua autoridade de demarcar territórios para três outros órgãos, o Ministério da Agricultura, a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e o Incra (Instituto Nacional Colonização e Reforma Agrária). A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, por sua vez, pede que nenhum território indígena seja demarcado até que o impasse sobre os poderes da Funai se resolva.



14 de março: Dia Internacional de Luta Contra as Barragens, pelos Rios, pela Água e pela Vida!

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 08.02.2014

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) convoca e anima todas as entidades, organizações, pastorais, redes, ativistas e movimentos sociais a se somarem nas mobilizações que marcarão o Dia Internacional de Luta Contra as Barragens, pelos Rios, pela Água e pela Vida, na jornada do dia 14 de março de 2014.

Mesmo neste momento de crise do atual sistema, o capital continua se apropriando dos recursos naturais e do trabalho dos trabalhadores através do setor elétrico. Na verdade, a energia se tornou um elemento central na lógica da retomada da produção e apropriação capitalista. Atualmente, toda a cadeia produtiva da energia (construção de hidrelétricas, geração, transmissão e distribuição) se transformou em fonte de elevada lucratividade e de intensa disputa.

As corporações internacionais estão se utilizando de forma cada vez mais recorrente de recursos públicos, colocando o estado a seu serviço. Com isso, a nova forma de privatização, via parcerias público-privadas, está assaltando nossos recursos naturais de base produtiva abundante.

Neste ano, eleições presidenciais ocorrerão em diversos países, inclusive no Brasil. Neste cenário, essas mesmas corporações acabam definindo muitas vezes os resultados políticos ou promovendo golpes em nossos países, com o objetivo de enfraquecer nossa força própria através da criminalização do protesto e das lutas históricas de resistência.

Por isso, devemos mais do que nunca nos manter firmes e organizados para dar continuidade na luta local, nacional e internacional, organizando os atingidos por barragens, os trabalhadores da energia, e toda a classe trabalhadora.

Nos últimos períodos, sentimos o crescimento e aumento de lutas nacionais em vários países, na luta contra a violação dos direitos humanos, principalmente no que se refere aos atingidos por barragens. O Peru, país com o segundo potencial hídrico da América Latina, receberá este ano a vigésima Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Mudanças Climáticas, que antecederá a COP-21, na qual os países definirão novas regras para um acordo global sobre o clima.

Para o capital este é um país como grande extensão territorial a ser explorado e, por isso, temos que estar presentes e nos organizar para fazermos nossas denúncias e mobilizações que chamem a atenção da sociedade mundial.

O dia 14 de março é o momento das populações atingidas por barragens de todo o mundo denunciarem o modelo energético que historicamente tem causado graves consequências

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 25./ 2014

Brasília, 10 de fevereiro de 2014.

sociais, econômicas, culturais e ambientais.

Está em nossas mãos a tarefa de construir um novo projeto energético popular, onde a água e a energia não sejam mercadorias e a riqueza gerada esteja sobre o controle popular.

Buena jornada de lucha para todos y todas!



Os discursos e estratégias contra as demarcações de terras dos povos indígenas e quilombolas no Rio Grande do Sul

SÍTIO CIMI/RS, 08.02.2014

No Rio Grande do Sul, se intensificam os ataques às demarcações de terras para comunidades indígenas e quilombolas. Nos discursos disseminados nos meios de comunicação, especialmente por autoridades, os problemas causados pelas demarcações são explicados basicamente a partir de três argumentos: o primeiro afirma haver interesses de grupos estrangeiros nas terras indígenas e isso explicaria o empenho de ONGs e entidades indigenistas (de assessoria aos índios) na defesa das demarcações. O segundo afirma que se trata de muita terra para os "índios", porque estes "não trabalham" e/ou porque arrendam as terras que possuem. O terceiro argumento, e certamente o mais contundente, reitera que não se pode, a pretexto de demarcar terras para índios, cometer injustiças com os agricultores que "produzem" alimentos para a população.

Em um primeiro olhar, esses argumentos podem parecer bastante convincentes, porque estão naturalizados especialmente nos discursos midiáticos e cotidianos, mas eles têm sido utilizados como escudo para desviar a atenção de questões bem mais complexas (a exploração ao meio ambiente, favorecimento aos setores do agronegócio e o racismo institucionalizado). Antes de tudo, é necessário esclarecer que povos indígenas têm seus direitos originários (sobre as terras que ocupam) amparados pela Constituição Federal de 1988 – Art.231 e 232. Tais direitos já estavam resguardados, antes da promulgação desta lei, através de outras normas que a precederam e onde se previa que terras indígenas fossem reservadas aos "índios". Basta lembrar que as primeiras demarcações de terras – na forma de reservas indígenas – ocorreram há mais de um século. Antes ainda, há registros de que os povos indígenas tenham obtido a garantia de suas terras por serviços prestados ao governo, por exemplo, na Guerra do Paraguai, em 1864. Portanto, não é nenhuma novidade a necessidade de se demarcar terras indígenas.

Em relação ao primeiro argumento elencado anteriormente, de que nos movimentos em defesa das demarcações de terras indígenas haveria algum tipo de complô de interesses "estrangeiros" contra a "Nação", basta lembrarmos que as terras indígenas são bens da União, que devem ser protegidas e resguardadas ao uso exclusivo dos povos indígenas. Este dispositivo legal é suficiente para mostrar que, se há interesses estrangeiros sobre terras brasileiras, certamente as áreas indígenas seriam as menos adequadas, porque qualquer investimento sobre elas que não possua a autorização do Congresso Nacional é considerado ilegal. A pressão do movimento indígena e de setores aliados pela demarcação é, portanto, legítima e se orienta pelos termos da própria Constituição Federal de 1988 que estabeleceu, no artigo 67 das Disposições Transitórias, um prazo de cinco anos para que o governo procedesse às demarcações de todas as terras indígenas. Passaram-se 26 anos, e a maioria das terras ainda não foi regularizada. Não bastasse a demora na demarcação das terras, indispensáveis à manutenção física e cultural das comunidades indígenas, elas são ainda vítimas do preconceito, posto que se imagina haver "outros interesses" que as manipulam, como se seus direitos não fossem legítimos.

CONT.



O segundo argumento contrário às demarcações, no qual se afirma que "é muita terra para poucos índios", filia-se a um entendimento de que as terras são recursos necessários ao desenvolvimento nacional, regional, local e que, por isso, devem ser produtivas. Nessa direção, indaga-se sobre o porquê de os índios quererem "tanta terra" acionando-se uma lógica racista a partir da qual se avaliam as formas de viver e de trabalhar de todos os povos e culturas a partir dos critérios ocidentais e de uma racionalidade neoliberal, tomada como universal. Por essa ótica racista, só trabalha quem efetivamente faz a terra "produzir", quem atua sobre ela aproveitando seus potenciais; em oposição, aqueles que desenvolvem uma relação mais respeitosa com o ecossistema e uma atitude preservacionista são vistos como sujeitos que não trabalham, não tem ambição, não sabem dar valor (econômico) à terra.

E o argumento de que se trata de muita terra para os índios se desdobra em outro – de que eles não precisam da terra, por isso a arrendam. Mesmo que eventualmente se registrem casos isolados de arrendamento em terras indígenas, vale lembrar que esta é uma prática ilegal, passível de penalização, e que a fiscalização sobre as terras indígenas é de responsabilidade do poder público. A Constituição Federal instituiu, para as comunidades indígenas, o direito a posse permanente e o usufruto exclusivo sobre as terras que tradicionalmente ocupam (Art. 231, § 2º). O usufruto nas terras indígenas tem caráter coletivo e não individual e, portanto, o direito é das comunidades indígenas e não de cada pessoa individualmente, não podendo ser utilizadas por terceiros. Se o arrendamento ocorre, tal fato denota muito mais a omissão do poder público, que não fiscaliza e não assegura o usufruto exclusivo aos indígenas, o que prejudica enormemente as comunidades por práticas como estas.

O terceiro argumento contrário às demarcações também pode ser desnaturalizado: trata-se da ideia corrente de que, a pretexto de demarcar terras para índios, não se poderia cometer injustiças com os agricultores que produzem o alimento da população. Para entender essa questão, é necessário retomar alguns aspectos históricos que nos levam a situação atual, em que índios e agricultores disputam as mesmas terras.

Nas primeiras décadas do século XX, sob argumentos positivistas e desenvolvimentistas, os governos empenharam-se em promover a ocupação territorial e a colonização de espaços considerados "devolutos". Neste período, a literatura sobre o tema registra a ocorrência de inúmeras práticas de "limpeza étnica", a partir das quais aldeias inteiras foram exterminadas. Centenas de outras comunidades foram expulsas de suas terras tradicionais e despejadas em outras localidades. Tais remoções forçadas ao longo da história originam os conflitos contemporâneos, posto que, são estas as terras, loteadas e vendidas pelo governo do estado do Rio Grande do Sul em décadas anteriores, que agora estão sendo pleiteadas para demarcação. Tanto do lado dos povos indígenas e quilombolas, quanto do lado dos agricultores (que hoje residem sobre as terras) há muitos homens e mulheres que vivenciaram aquele período e que relatam os acontecimentos, indicando que nas terras pleiteadas para demarcação existem indícios materiais da presença indígena e de quilombos, como cemitérios, destroços de antigas moradias, restos de artefatos utilizados para caça, entre outros.

Pois bem, se a tradicionalidade da ocupação indígena e de quilombos não pode ser negada, valem os preceitos constitucionais de que estas terras - no caso das indígenas - são bens da União, que são inalienáveis e indisponíveis e que os direitos indígenas sobre elas são

CONT.



imprescritíveis (Art. 231, §4º). Não é possível, portanto, imaginar que o erro cometido pelo Estado – ao disponibilizar para colonização e titular terras que não lhe pertenciam – não seja corrigido agora para evitar que ocorra uma injustiça contra os agricultores. É necessário, isso sim, exigir que o Estado responda por seus erros sem que se penalizem os agricultores, estes que, com seu suor, produzem alimentos. Eles têm direito a uma justa indenização e a uma alternativa viável, que deve ser apresentada pelo Estado, para continuar a viver da agricultura, em terras legalmente tituladas e compatíveis com seus modos de produção.

Também é importante lembrar que, entre os injustiçados, as maiores vítimas são os povos indígenas e quilombolas, porque não têm acesso às condições mínimas de vida, estão confinados em pequenas porções de terra. Exemplo disso é o que ocorre na área indígena Estiva, onde 40 famílias do povo Guarani sobrevivem em apenas sete hectares. Outras tantas comunidades indígenas vivem em acampamentos provisórios, aguardando que o poder público realize os procedimentos de demarcação: são pelo menos 18 acampamentos situados às margens de rodovias no estado do Rio Grande do Sul. Não é por acaso, portanto, que os maiores índices de desnutrição, de incidência de doenças e de mortalidade infantil são registrados entre as populações indígenas.

E mais uma vez, por falta de vontade política para proceder às demarcações das terras indígenas e quilombolas, se apresenta como alternativa a remoção das comunidades para pequenas áreas adquiridas pelo estado. A pergunta que fica, diante destas propostas, é: por que o governo não oferece terras para o reassentamento dos agricultores? Aos povos que estão em luta pela demarcação às propostas apresentadas significam, no limite, a negociação do direito constitucional. Através do reassentamento em pequenas porções de terra e de assistência às necessidades básicas, as comunidades abririam mão de territórios tradicionais que hoje estão em processo de demarcação, “finalizando-se” assim os conflitos. Essa é uma solução que se supõe justa e pacífica, mas penaliza os povos originários, e mais uma vez se pratica uma violência contra estes.

Aliás, violenta é também a forma de assédio que algumas comunidades vêm sofrendo, quando servidores do poder público estadual apresentam como única alternativa, neste contexto de disputas, a transferência de famílias indígenas para áreas que o estado está oferecendo, caso contrário, em não aceitando a proposta, permanecerão indefinidamente em acampamentos provisórios e em situação de abandono e de desassistência. Causa estranheza e preocupação o fato de o governo do Rio Grande do Sul em suas investidas para a remoção das famílias indígenas não apresentar como alternativa imediata à conclusão do procedimento de demarcação do “Parque Estadual de Itapuã”, atualmente administrado e explorado economicamente pelo Estado. Os estudos realizados pela Funai comprovaram que o parque é terra tradicional do povo Guarani.

Por fim, não se pode a pretexto de retirar os “índios da beira das estradas”, impor-lhes o castigo de nunca mais terem direito a demarcação de suas terras. Infelizmente vem sendo realizados acordos que prevê a redução dos limites de terras já demarcadas, caso de Mato Preto em Getúlio Vargas (onde o próprio procurador do MPF participou da negociação), bem como a transferência de comunidades para áreas distantes de suas terras tradicionais, casos das comunidades Guarani do Arroio do Conde e Irapuá.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 25./ 2014

Brasília, 10 de fevereiro de 2014.

Na prática, os governos fazem uso da situação de miséria e pobreza em que se encontram algumas comunidades indígenas para relativizar o alcance de seus direitos constitucionais e impor, como contrapartida, medidas paliativas e compensatórias. Perpetuando-se, com isso, as injustiças aos povos indígenas e quilombolas.

Em 07 de fevereiro de 1756 os Exércitos da Espanha e Portugal se uniram para massacrar os povos indígenas que lutavam pela defesa de seus territórios. Em uma das batalhas foram mortos mais de 1500 guerreiros Guarani e assassinado Sepé Tiaraju. Continua a luta de Sepé e seus companheiros 258 anos depois. Os povos indígenas e quilombolas, como naquele período, permanecem em batalha contra as injustiças, a discriminação e pelo direito de viverem num pedaço de terra.

Porto Alegre, RS, 07 de fevereiro de 2013, dia de Sepé Tiaraju.



Boletim de Notícias - Edição nº 25./ 2014

Brasília, 10 de fevereiro de 2014.

Informativo da Aty Guasu: Em Iguatemi, lideranças da Yvy Katu e chefe da Funai são ameaçados por jagunços

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 08.02.2014

Informativo da Aty Guasu

No dia 07 de fevereiro de 2014, às 15:00, em pleno dia, as lideranças Guarani Kaiowa do tekoha Yvy Katu-Japorã-MS foram perseguidas e ameaçadas de morte pelos pistoleiros das fazendas na rua da cidade de Iguatemi, MS.

Os pistoleiros das fazendas estavam na camionete Ranger de cor prata. Diante da perseguição, os líderes indígenas abandonaram o carro e correram pela rua da cidade e entraram no escritório da FUNAI em Iguatemi-MS.

Na sequência, os pistoleiros passaram a cercar o escritório onde estava os líderes indígenas e o chefe da FUNAI do escritório foi perseguido e ameaçado de morte também.

No dia 07 de fevereiro, tanto os indígenas do MS e seus apoiadores quanto os funcionários da FUNAI recomeçam a sofrer a ameaça de morte. Solicitamos às autoridades federais com urgência a investigação e punição aos pistoleiros (autores) e mandantes/fazendeiros.

Vamos ficar atentos companheiros (as): os fazendeiros e os seus pistoleiros estão nas ruas do MS.

Aty Guasu luta contra a violência financiada pelos fazendeiros



PE – Denúncia contra atuação da PM na terra dos Fulni-ô

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 08.02.2014

APRESENTAÇÃO DE CARTA DENÚNCIA CONSTITUÍDA DE ASSINATURAS QUE FORAM REUNIDAS NO INTERIOR DAS ALDEIAS INDÍGENAS DO POVO FULNI-Ô

ENCAMINHADA AO: SECRETARIO DE DIREITOS HUMANOS, À FUNAI BRASÍLIA, MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, OAB-PERNAMBUCO, UNIVERSIDADES, ÓRGÃOS DE IMPRENSA.

Por meio do presente documento, homens, mulheres, jovens e anciãos, membros representantes do povo Fulni-ô de Águas Belas – Estado de Pernambuco, manifestam aqui o sentimento de repúdio e indignação à entrada não autorizada de policiais militares alocados no 4º C.O.M. de Águas Belas e 09º B.P.M. de Garanhuns-PE, na área do aldeamento indígena da aldeia Fulni-ô.

Denunciamos junto às competências legais reconhecidas pelo estado democrático de direito as reincidentes ameaças que diversos cidadãos indígenas vêm sofrendo nos últimos meses.

Antes de tudo, infelizmente, reconhecemos que indivíduos indígenas presentes na comunidade são acusados de responderem por atos criminosos: tais como, furtos, uso de drogas, incitação ao crime, porte ilegal de armas etc. Entretanto, compreendemos que ainda que esses crimes fossem sentenciados em instância, transitado e julgado, por si mesmo, não justificaria as frequentes investidas que a polícia militar vem fazendo nos espaços doméstico e comunitário das aldeias Fulni-ô.

Repudiamos a violência desmesurada, materializada na arbitrariedade da operação militar, a qual atingiu a ordem do inaceitável na manhã dessa última sexta feira, 31/01/2014. Por volta das 10h30min da manhã, três viaturas da polícia militar de Águas Belas invadiram o espaço territorial que divide a fronteira entre a cidade e a aldeia. Após chegarem à aldeia se deslocaram até a rua general Dantas Barreto que fica a 200 metros do posto administrativo da FUNAI- FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO e invadiram uma casa que divide o muro com a escola estadual Marechal Rondon.

Por se tratar do horário de recreio havia muitas crianças brincando na rua. Nada disso foi suficiente para conter os ânimos dos policiais que sacaram armas apontando para quem estava no local. Diante de tal situação, vários dos indígenas presentes reclamaram da forma como foi feita a abordagem policial, com socos e pontapés, além disso, a todo tempo ameaçavam de dispararem em quem esboçasse alguma reação. Nessa intervenção equivocada que foi realizada pela PM, vários indígenas sofreram agressão física e psicológica. Uma senhora de idade afirmava que “no passado até um cacique já foi assassinado”-referência ao cacique Procópio Sarapó que morreu nos anos 60, vítima de um disparo de arma de fogo feito por um soldado – “nunca havia visto os policiais se comportarem daquela maneira tão agressiva”,

CONT.



constatando-se nessas palavras toda truculência da invasão policial. As crianças corriam assustadas, pais e mães de família saíam indignados de suas casas, o que em poucos minutos formou um conglomerado de pessoas na rua como se pode ver nas fotos abaixo.

Após não encontrarem absolutamente nada na casa invadida, os policiais tentaram justificar o operativo que reuniu mais de 10 soldados, em razão de uma suposta denúncia anônima que informava haver drogas e pessoas portando armas de fogo. Não temos conhecimento algum sobre a natureza desta suposta denúncia. Pelo contrário, sabemos que há três semanas dois policiais foram impedidos de fazerem uma revista, o famoso baculejo, a dois cidadãos indígenas que naquela ocasião iam comprar mantimentos no mercado público de Águas Belas que fica muito próximo da aldeia. Exigiam que apresentassem documentos com foto e ameaçavam apreender uma motocicleta, foi quando vários indígenas presentes intervieram à ação dos policiais, informando que os acusados eram pessoas de boa índole, além de estarem no seu próprio território e por isso não havia obrigatoriedade de estarem munidos dos documentos exigidos. A contestação ao fato teve como desfecho a ameaça de um dos policiais que bradou em alto som, dizendo que ainda assassinaria pelo menos dois indígenas. A mencionada invasão comunitária que ocorreu na aldeia no último dia 31 de janeiro pode ter sido uma forma de represália aos vários indígenas que se manifestaram contra aquela ação dos policiais militares.

Informamos então, pois, que a casa que veio a ser invadida na aldeia serve, na verdade, para reunir jogadores de baralho, pôquer e dominó. Jogos de pequenas apostas, hábitos frequentes em vários lugares da aldeia. Depois das refeições, muitas pessoas habitualmente se reúnem nas calçadas para jogar baralho e fumar suas Xanducas, cachimbos feitos de madeira de angico que servem para uso do tabaco. Seria essa uma das razões para esse tipo de ação policial? Se a resposta tende ser afirmativa, o abuso de autoridade presente na operação foi motivado pelo preconceito, sentimento racista e xenofóbico que atinge muitos brasileiros e suas instituições.

Sabemos que em qualquer comunidade, seja ela rural, urbana, quilombola ou indígena, existem pessoas que cometem atos criminosos. No entanto, recomendamos junto às instituições que representam o Estado, inclusive a polícia, não cometerem o equívoco da generalidade, atribuindo adjetivos que desqualificam nossa comunidade. Apesar de zelarmos pela boa convivência com os não-indígenas, recordamos que o município de Águas Belas está encravado irregularmente dentro do território Fulni-ô. Em razão disso, exigimos respeito para que nossa aldeia não seja tratada como mero bairro periférico desta cidade. Compreendemos também que a polícia não pode se posicionar como instituição inimiga da comunidade, devendo haver um esforço recíproco para o cumprimento da lei e da justiça.

Apesar disso, reconhecemos que existe uma minoria de pessoas agindo de má-fé em nosso meio e estamos abertos para contribuir com o poder público, a fim de que sejam tomadas as medidas legais cabíveis perante a legislação brasileira, considerando claro o fortalecimento dos mecanismos de justiça comunitária. Desse modo, não aceitamos em nosso território o abuso de autoridade, constatado no uso desproporcional da força, contra pessoas de bem, jovens, estudantes, pais e mães de família.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 25./ 2014

Brasília, 10 de fevereiro de 2014.

Portanto, reivindicamos dos órgãos competentes o cumprimento da imediata proibição à entrada não autorizada de PMs nas aldeias Fulni-ô. Por último, cobramos uma investigação detalhada que resulte no esclarecimento dos fatos e em conformidade com a lei, punição aos envolvidos.

Aldeia Fulni-ô, 03 de Fevereiro de 2014.



Índio falou, tá falado, por José Ribamar Bessa Freire
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 08.02.2014

Em Taqui Pra Ti

A prova está no dicionário: dos 228 mil verbetes que o Houaiss apresenta em uma de suas edições, cerca de 45 mil são palavras emprestadas de línguas indígenas. Alguma dúvida de que o conhecimento dessa herança linguística é necessário para entender o português que falamos, e até mesmo para consolidar a nossa identidade?

"Há várias línguas faladas em português", afirma José Saramago no documentário Língua: vidas em português. Basta olhar as variedades regionais para dar razão ao escritor. Como explicar tal diversidade? Parte dela reside no fato de que os índios que aqui moravam falavam centenas de línguas autóctones diferentes e quando começaram a usar um idioma que veio de fora – o português – nele deixaram impressas suas marcas, fruto de uma relação que a sociolinguística denomina de "línguas em contato". Como as línguas indígenas eram diferentes em cada região, as marcas que deixaram não foram as mesmas.

No início do século XVI, o poeta Sá de Miranda lançou aos mares do futuro a nau da língua portuguesa, vinculando seu destino à expansão do comércio marítimo. Durante um par de séculos, o português passou a ser falado na Índia, na Malásia, na Pérsia, na Turquia, na África, no Japão e até na China e na Cochinchina. Tornou-se "língua franca", isto é, um idioma usado para comunicação entre pessoas cujas línguas maternas são diferentes – como ocorre hoje com o inglês.

A língua portuguesa já veio para cá marcada por outras línguas com as quais havia convivido. Aqui, no território que é hoje o Brasil, encontrou mais de 1.300 línguas, faladas por cerca de 10 milhões de habitantes, segundo estimativas de pesquisadores da Escola de Berkeley que estudaram demografia histórica e consideraram que ocorreu no continente americano "a maior catástrofe demográfica da história da humanidade". Índios foram assassinados porque o colonizador queria ocupar suas terras e explorar sua força de trabalho.

As duas línguas gerais indígenas faladas no Grão-Pará e no Brasil – a Língua Geral Amazônica (LGA) e a Língua Geral Paulista (LGP) – nomearam conceitos, funções e utensílios novos trazidos pelos europeus com adaptações fonéticas e fonológicas: cavalo (cauarú), cruz (curusá), soldado (surára), calça ou ceroula (cerura), livro (libru ou ribru), papel (papéra), amigo ou camarada (camarára).

Os portugueses começaram a falar essas duas línguas e também tomaram delas muitos empréstimos, hoje usados pelos brasileiros, que nem desconfiam de sua origem. Desde o século XVI, os portugueses, que tinham interesse econômico em comunicar-se com os índios, começaram a usar uma língua de base tupi que se tornou a Língua Geral. Os missionários fizeram então uma gramática, explicando como funcionava essa língua e passaram a usá-la na

CONT.



catequese. Traduziram para ela orações, hinos e até peças de teatro. Essa e outras línguas legaram uma herança ao português.

De origem tupi é a palavra carioca, nome de um rio que, segundo alguns especialistas, significa "morada(oca)do acari", um peixe que cava buracos na lama e ali mora como se fosse um anfíbio. Para outros, é o nome de uma aldeia, a "morada dos índios carijó". Da mesma origem são os nomes de muitos lugares, como locais atuais do Rio de Janeiro que conservaram as denominações de antigas aldeias: Guanabara (baía semelhante a um rio), Niterói (baía sinuosa), Iguaçu (rio grande), Pavuna (lugar atoladiço), Irajá (cuia de mel), Icarai (água clara) e tantos outros, como Ipanema, Sepetiba, Mangaratiba, Acari, Itaguaí.

Mas muitos topônimos indígenas adquiriram novos sentidos ou perderam seu sentido original. Os tupinambás denominaram de Itaorna uma área em Angra dos Reis, onde na década de 1970 foi construída a Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto, cujo solo minado por águas pluviais provocou deslizamentos de terra das encostas da Serra do Mar. Somente em fevereiro de 1985, quando fortes chuvas destruíram o Laboratório de Radioecologia que mede a contaminação do ar na região, descobriram o que significa itaorna: "pedra podre".

A influência das línguas indígenas nas variedades usadas no Brasil não se resume a uma listagem de palavras exóticas ou "folclóricas". Além do léxico, existem outras influências entranhadas nas camadas profundas da língua, que penetraram em seus alicerces, mexendo com seu sistema sintático, fonológico e morfológico. É o que os linguistas chamam de "substrato".

No caso da fala individual, o substrato é o conjunto de transferências adquiridas pela primeira língua, ou língua materna, depois do contato com uma segunda língua. Do ponto de vista coletivo, o substrato é o conjunto de vestígios que uma língua, quase sempre extinta, deixa sobre outra língua, em geral a de um povo invasor. É a influência da língua perdida sobre a língua imposta, que só se estabiliza após diversas gerações. Exemplos disto são alguns processos de modalização do nome, característicos do tupi, que deixaram suas marcas no português não pela via do empréstimo cristalizado, mas pelo próprio mecanismo. Tanto na palavra netarana, usada no Pará, quanto em outras do português regional, como sagarana, canarana, cajarana, tatarana, há o uso do sufixo tupi rana ("como se fosse").

Essas influências ainda não foram completamente inventariadas, embora algumas tenham sido identificadas. O indigenista Telêmaco Borba recolheu, em 1878, dados sobre a língua oti, que era então falada no sertão de Botucatu (SP). Descobriu que aquela língua, do tronco Jê, possui sons que os grupos de língua tupi não tem, como o r retroflexo. E seus falantes levaram esse traço para o português quando adquiriram a nova língua. Ele ali permanece até hoje no r paulista, conhecido como r caipira. A atriz Vera Holtz sabe disso.

No interior do Amazonas, no rio Madeira, há o processo de "alçamento" e "abaixamento" de vogais, "Alçamento" é o fechamento vocálico, visível em casos como "popa da canoa", que se pronuncia pupa da canua, o que também é atribuído ao substrato de língua indígena.

Nem sempre tais mudanças, consagradas pelo uso, foram aceitas pelos puristas da língua. Da
CONT.



mesma forma que o Império Romano considerou como “línguas estropiadas” as variedades do latim faladas na Península Ibérica (que deram origem ao português, ao espanhol, ao catalão, ao galego, ao mirandês), assim também os portugueses consideraram a variedade aqui falada como “língua mutilada”.

No Sermão do Ano Bom, em 1642, o jesuíta Antonio Vieira, que viveu no Grão Pará, afirmou que “A língua portuguesa (...) tem avesso e direito; o direito é como nós a falamos, e o avesso como a falam os naturais”. Classificou as variedades locais do português de “meias línguas, porque eram meio políticas [civilizadas] e meio bárbaras: meias línguas, porque eram meio portuguesas e meio de todas as outras nações que as pronunciavam, ou mastigavam a seu modo”.

Uma resposta a Vieira está na letra da canção “Língua”, de Caetano Veloso: “Gosto de sentir a minha língua roçar a língua de Luís de Camões / (...) E deixe os Portugais morrerem à míngua / ‘Minha pátria é minha língua’/ Fala Mangueira! Fala! / Flor do Lácio Sambódromo Lusamérica latim em pó/ O que quer / O que pode esta língua?/ (...) Vamos atentar para a sintaxe dos paulistas”.

As línguas indígenas permanecem no substrato do português e guardam informações e saberes, funcionando como uma espécie de arquivo. Conhecer a contribuição efetiva que legaram à língua portuguesa é entender como viviam os povos que as falavam e se apropriar dessa experiência milenar.

P.S. – Solidariedade irrestrita aos familiares e amigos das três pessoas assassinadas em dezembro de 2013, cujos corpos foram encontrados na área indígena Tenharim no sul do Amazonas. No entanto, não podemos permitir que sentimentos tão profundos como a dor, o luto e a tristeza pela perda de entes queridos sejam manipulados para destilar ódio, preconceito racial e violência boçal contra os índios, como pretendem alguns discursos que circulam nas redes sociais.

Esse tipo de discurso tem alimentado o genocídio que em cinco séculos trucidou centenas de milhares de índios. Nossa solidariedade às três pessoas assassinadas só adquire legitimidade se ela se estende à tragédia vivida pelos povos indígenas da Amazônia. Entendendo que uma forma de combater o preconceito é conhecer o outro, apresentamos aqui versão do artigo que publicamos na Revista de História da Biblioteca Nacional (nº 100, jan. 2014).



BA – Comunidades quilombolas se unem em apoio ao Rio dos Macacos

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 08.02.2014

Por Aratu Online

Salvador sedia hoje o Encontro das Associações e Comunidades Quilombolas do Estado da Bahia, na Escola Parque, Caixa D'Água. O evento vai contar com mais de 500 lideranças quilombolas de 11 macro regiões do estado, para debater políticas públicas para esses quilombos e reforçar apoio à comunidade Rio dos Macacos.

O caso Rio dos Macacos é emblemático e apresenta desafios para a efetivação das políticas quilombolas e do direito à terra. A comunidade quilombola vive delicado conflito com a Marinha do Brasil, situação que já foi denunciada, inclusive, pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, devido a forma como o quilombo é tratado pelos militares.

Na ocasião, o movimento quilombola da Bahia redigirá e aprovará um documento de apoio à comunidade, cobrando do poder público uma posição emergencial para resolução do problema. Esse documento será encaminhado ao governo federal.

A Bahia possui 494 comunidades quilombolas certificadas, segundo dados da Fundação Palmares, mas apenas três tituladas: Rio das Rãs (Bom Jesus da Lapa), Mangal/Barro Vermelho (Sítio do Mato), e Barra, Bananal e Riacho das Pedras (Rio das Contas). No Brasil, o número desses quilombos certificados chega a 2.185.

O ato, organizado pelo Conselho Estadual das Comunidades Quilombolas, vai contar ainda com a presença de representantes da Secretaria Estadual de Promoção da Igualdade Racial (Sepromi), Secretaria de Promoção de Políticas de Igualdade Racial da Presidência da República (Seppir), da Fundação Palmares e com o presidente da Frente Parlamentar pela Igualdade Racial e em Defesa dos Quilombolas, da Câmara, deputado federal Luiz Alberto (PT/BA).



Antropólogos denunciam racismo na regularização de terras quilombolas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 08.02.2014

Isabela Vieira – Repórter da Agência Brasil

Remanescentes de quilombos sofrem racismo do Estado brasileiro, segundo a Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Para os especialistas, as decisões técnicas e políticas do governo federal estariam impedindo a regularização fundiária dessas comunidades, pilar de uma série de outros direitos. O racismo das instituições públicas é determinante para que os quilombolas continuem à margem da cidadania, denunciam os antropólogos.

Lançado no início do ano pela ABA, o abaixo-assinado na internet chama a atenção para as comunidades que aguardam por até dez anos uma definição do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), órgão responsável pela regularização das terras. Entre elas, a do Rio dos Macacos (BA) e a da Ilha de Marambaia (RJ), que convivem com bases da Marinha, instituição que recorrentemente entra com ações na Justiça para que as comunidades sejam despejadas ou para que não possam reformar as casas.

Segundo o coordenador do Comitê Quilombos da ABA, Osvaldo Martins de Oliveira, a regularização fundiária dos quilombos é um a garantia constitucional que não está sendo cumprida. Ele cobra atuação incisiva do Ministério Público Federal (MPF) para assegurar o direito à terra, do qual derivam os demais. "Sem o território, os quilombolas não podem desenvolver atividades produtivas e manter tradições socioculturais que asseguram sua existência e autonomia", justificou.

A vice-presidenta da Associação de Comunidades Quilombolas do Rio de Janeiro (Acquilerj), Ivone Mattos, endossa a campanha da ABA. Ela acompanha a situação em Marambaia – antigo ponto de desembarque de negros escravizados na costa fluminense – e esclarece que sem os seus territórios os quilombolas tendem a permanecer sem condições de "vida livre, com dignidade e sem romper com as relações de trabalho precário, de racismo e de ausência de serviços públicos".

Além de buscar uma solução para os casos em que há conflitos com as Forças Armadas em áreas quilombolas, a ABA cobra comprometimento político do governo com as demais comunidades. "No Espírito Santo, o proprietário saiu da terra, mas o Incra não o indenizou pela propriedade. Ele pediu reintegração de posse e a Justiça deu", relatou Oliveira. Para o especialista, professor da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), a falta de vontade política se traduz em racismo.

A coordenadora de regularização de terras quilombolas do Incra, Givânia Maria da Silva, confirmou que os processos são lentos porque há "interesses diferentes de órgãos do governo". "O Incra não tem condições de tocar os processos sem a participação de outros órgãos em casos onde há sobreposição das comunidades e áreas das Forças Armadas ou unidades de

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 25./ 2014

Brasília, 10 de fevereiro de 2014.

conservação, por exemplo.” Sobre a comunidade no Espírito Santo, ela disse que o proprietário voltou atrás.

Givânia informou ainda que o Incra estabeleceu um grupo de trabalho para “dialogar” com as instituições de governo instaladas “de boa-fé” nas terras quilombolas e assegurou que o órgão “busca uma saída conciliada”. No caso das comunidades de Marambaia e do Rio dos Macacos, ela declarou que há avanço. “É verdade que não temos uma solução para Alcântara (Maranhão)”, completou, sobre a comunidade ocupada pela Aeronáutica e pela base de lançamento de foguetes. O Ministério da Defesa e a Casa Civil, que participam de reuniões periódicas com o Incra, foram procurados pela reportagem e ainda não se pronunciaram sobre as negociações.

A campanha da ABA ficará disponível na internet pelos próximos meses e depois a associação pretende entregar o documento em mãos para os órgãos de governo e para o MPF.

Edição: Andréa Quintiere.



"Não conhecem os Tenharim, e tiram conclusões preconceituosas"

SÍTIO CARTA CAPITAL, 09.02.2014

Ivã Bocchini, coordenador da Funai exonerado após os conflitos do final do ano em Humaitá (AM), fala sobre seu trabalho, a visão dos índios e o futuro da Funai

por Rodrigo Martins

O acirramento do conflito entre indígenas e colonos em Humaitá resultou na exoneração do coordenador regional da Funai na região do Madeira, Ivã Bocchini. Por solicitar uma investigação das circunstâncias da morte do cacique Ivan Tenharim e levantar a hipótese de homicídio, lastreada no relato de diversos indígenas descrentes na versão oficial de acidente de trânsito, o servidor sofreu uma intensa campanha difamatória pela internet.

São incontáveis os ataques em redes sociais nos quais o indigenista é apontado como responsável pela morte de três homens no trecho da Transamazônica que passa pela reserva dos Tenharim, vítimas de uma retaliação dos índios, segundo a Polícia Federal. O erro de Bocchini? Ter antecipado em um blog da Funai que havia indígenas inconformados e ciosos de vingança. O alerta foi acompanhado de ofícios às autoridades policiais, mas o esforço resultou inútil.

Após o desaparecimento dos três homens, e mesmo sem a confirmação da morte deles, grupos armados atearam fogo em casas da aldeia e destruíram as instalações da Funai em Humaitá. A sede da coordenação regional foi consumida pelas chamas, assim como carros e um barco do órgão de proteção indígena.

A presidente da Funai, Maria Augusta Assirati, esclareceu a CartaCapital que o afastamento de Bocchini se deu por razões de segurança. "Era preciso proteger a integridade dele e dos demais servidores. Não podemos responsabilizá-lo pela violência na região. Ao contrário, sempre desempenhou um trabalho impecável". Um grupo de antropólogos também assinou uma carta de apoio a Bocchini, na qual o apresenta como bode expiatório de um conflito com raízes profundas, que remontam à violenta colonização da Amazônia ao longo do século XX.

Restou, contudo, na versão consagrada pela mídia tradicional, a visão de um servidor escorraçado por ter agido com imprudência. Talvez por isso Bocchini tenha recusado conceder entrevistas nas últimas semanas, exceção feita a CartaCapital, para a qual concordou em responder algumas perguntas por e-mail:

CartaCapital: Que trabalho o senhor desempenhava na coordenação regional da Funai em Humaitá?

Ivã Bocchini: Durante esses três anos em que trabalhei lá atuei em todas as áreas da Funai.

CONT.



Coordenei ações de fiscalização e de gestão dos recursos naturais dos territórios indígenas. Desenvolvi projetos de fortalecimento cultural e organizei ações de geração de renda através de atividades sustentáveis, como a produção de farinha de mandioca e a coleta da Castanha-do-Brasil. Sempre me dediquei, também, aos processos administrativos, buscando conferir eficiência e transparência à gestão do órgão. Os principais problemas vivenciados pelos índios dizem respeito às fortes pressões que existem sobre os seus territórios. Existem madeireiros, garimpeiros, fazendeiros, políticos e empresários da região que desejam explorar os recursos naturais existentes nas terras indígenas. Humaitá está na linha de frente do arco do desmatamento na Amazônia. A existência de terras indígenas são, nesse contexto, indispensáveis para a conservação ambiental.

CC: Quando surgiram os conflitos entre índios e colonos?

Ivã: Sempre houve conflito entre índios e colonos em Humaitá. Seja no início do século XX, quando os Parintintin eram vítimas de expedições de extermínio promovidas pelos senhores da borracha, seja na década de 1940 quando chegaram as primeiras levas de garimpeiros no Igarapé Preto, na década de 1970 quando foi aberta a Transamazônica sobre o território Kagwahiwa ou nos anos 1990, quando foram demarcados os territórios pela Funai.

CC: E os polêmicos pedágios cobrados pelos indígenas?

IB: A implantação do pedágio a título de compensação socioambiental foi fator de acirramento das tensões. Apenas a partir de 2009, com a criação da Coordenação Regional do Madeira, a Funai passou a ter uma presença mais forte na região e pode iniciar medidas de prevenção e mitigação desses conflitos históricos. No que toca a Transamazônica, palco de mortes, atropelamentos e todo tipo de violência, a Funai trabalha junto aos indígenas e ao Ministério Público Federal no sentido de regularizar a estrada através de um processo de compensação e indenização que repare os prejuízos históricos sofridos pelos indígenas. Tratam-se de violações imprescritíveis dos direitos humanos que deixaram graves passivos socioambientais.

CC: Após a morte do cacique Ivan Tenharim, o senhor publicou um texto em um blog da Funai no qual levanta a possibilidade de a liderança indígena ter sido assassinada, e não vítima de um acidente de trânsito. O que o motivou a escrever tal texto?

Ivã: O texto visava dar voz aos índios, uma obrigação de qualquer indigenista. Simultaneamente, agi como administrador, dentro de minha atribuição, e enviei ofícios para as autoridades policiais competentes solicitando investigação sobre a morte de Ivan Tenharim, já que as circunstâncias do acidente de moto eram desconhecidas. Nunca afirmei que o cacique tinha sido assassinado, como dizem por aí. E tampouco contrariei a polícia, já que naquele momento sequer havia sido aberto inquérito policial para apurar a causa da morte.

CC: Recentemente, um grupo de antropólogos publicou uma carta de apoio, na qual o

CONT.



apresenta como bode expiatório dos complexos problemas vivenciados pela população indígena em Humaitá. Você se sente injustiçado?

Ivã: Sem dúvida que tem muita gente querendo me por de bode expiatório, me fazendo pagar por pecados que não cometi. Houve uma forte campanha de difamação da minha pessoa, mas os ataques, no fundo, são direcionados à Funai e aos direitos indígenas. As pessoas que assinam a carta de apoio são todos conhecedores da seriedade com que eu desenvolvia meus trabalhos em Humaitá. Eles falam com conhecimento de causa.

CC: Há quem sustente que os Tenharim são índios “aculturados”, usam roupas, andam de motos, vivem em casas de madeira com eletricidade, torcem para o Flamengo...

Ivã: A noção de “índio aculturado” – ou índio sem cultura – já foi abandonada pela antropologia há muito tempo. As pessoas não conhecem os Tenharim, não sabem quais são as características de sua cultura e tiram conclusões preconceituosas. Os Tenharim possuem um modelo de organização social sedimentado sobre uma divisão clânica que organiza todas as relações deles entre eles e deles com os demais. Regras de casamento, obrigações familiares, posturas políticas, papéis sociais, noções de “certo” e “errado”, todo o comportamento é definido a partir dessa divisão em dois clãs e sua mitologia fundadora. Mas ninguém sabe disso – e geralmente não quer saber.

CC: Normalmente, esse discurso da “aculturação” vem acompanhado de outro, que prega o fim das políticas específicas para índios. Quem se vale deste argumento diz que o índio não precisa de proteção da Funai, é um cidadão brasileiro como outro qualquer. Não precisaria, portanto, da proteção da Funai. Bastariam os programas já disponíveis ao conjunto da população, como Bolsa Família e Bolsa Verde. Como o senhor avalia esse discurso? A quem interessa essa mudança?

Ivã: Por isso que ninguém quer saber sobre a organização clânica dos Tenharim, porque senão vão ser obrigados a admitir que eles constituem uma sociedade diversa e que merecem, portanto, deter direitos específicos. Dizer que os índios não são mais índios significa deixá-los ao sabor das tímidas políticas universalistas e assistencialistas que hoje são voltadas para pobres, do campo ou da cidade. Essas políticas universalistas não garantem o direito à diferença. É passada a hora de o Brasil se orgulhar de ser um país multiétnico e fazer disso um potencial gerador de novas respostas para velhos problemas do mundo ocidental, em especial aqueles relativos aos caducos paradigmas desenvolvimentistas que orientam nossos governos.



Amazônia em chamas

SÍTIO CARTA CAPITAL, 10.02.2014

A morte do cacique Ivan Tenharim é parte de um rolo compressor anti-indígena

por Rodrigo Martins

Na segunda-feira 3, a Polícia Federal localizou três corpos no trecho da Transamazônica que corta a reserva indígena dos Tenharim, em Humaitá, no Amazonas. Eram de três homens desaparecidos na região desde meados de dezembro. Antes mesmo de concluir as buscas, os investigadores já tinham uma conclusão. As vítimas foram sequestradas e assassinadas por índios em retaliação à morte do cacique Ivan Tenharim, de 55 anos.

Um inquérito concluiu que o indígena morreu em acidente de moto, mas as tribos locais não concordaram com a versão e teriam se vingado. Desde a quinta-feira 27, estão presos Gilvan e Gilson, filhos do falecido cacique Ivan; Domiceno, líder da aldeia Taboca; Valdinar e Simião, da aldeia Marmelos. O episódio está esclarecido, ao menos para quem acredita tratar-se de um simples caso de polícia. As raízes do conflito são, porém, mais profundas.

Erguida no entroncamento da Transamazônica com a BR 319, que liga Porto Velho a Manaus, a cidade de Humaitá registra conflitos entre índios e colonos desde o início do século XX, quando as violentas expedições do ciclo da borracha quase dizimaram os índios Parintintin. A partir dos anos 1940, surgiram as primeiras levas de garimpeiros na região. Com a abertura da Transamazônica, no início dos anos 1970, o fenômeno se intensificou. A região passou a abrigar extração ilegal de madeira, inclusive nas terras indígenas demarcadas a partir dos anos 1990.

No mais recente episódio de Humaitá, a população local apressou-se, contudo, a apresentar seu bode expiatório: Ivã Bocchini, então coordenador regional da Funai no Madeira. Foi o servidor quem alertou as autoridades sobre o risco de recrudescimento dos conflitos após a morte do cacique Ivan Tenharim. Acabou vítima de uma campanha ferroz na internet, acusado de incitar a vingança dos índios por pedir, em texto publicado num blog da Funai, a investigação das circunstâncias da morte do líder indígena e levantar a hipótese de homicídio.

"O texto visava dar voz aos índios, uma obrigação de qualquer indigenista. Simultaneamente, agi como administrador, dentro de minha atribuição, e enviei ofícios para as autoridades policiais competentes solicitando investigação sobre a morte de Ivan Tenharim, já que as circunstâncias do acidente de moto eram desconhecidas", afirma o servidor em entrevista a CartaCapital. "Nunca afirmei que o cacique foi assassinado, como dizem por aí. Tampouco contrariei a polícia, já que naquele momento sequer havia sido aberto inquérito policial".

Bocchini foi exonerado do cargo, mas a Funai esclarece que o afastamento deu-se por questões
CONT.



de segurança. "Com o acirramento do conflito, precisávamos assegurar a integridade dele e dos demais servidores", explica a presidente do órgão, Maria Augusta Assirati. "Não podemos culpá-lo pela violência na região. Ao contrário, ele sempre desempenhou um trabalho impecável".

Após o desaparecimento dos três homens brancos na terra dos Tenharim, grupos armados incendiaram casas da aldeia indígena e destruíram as instalações da Funai. O prédio da sede regional foi consumido pelas chamas, assim como carros e um barco do órgão estatal. A polícia, tão célere na prisão dos índios acusados pelos homicídios, até agora não apresentou à Justiça os responsáveis pelos ataques.

Para a presidente da Funai, os ataques têm relação com o aumento da fiscalização em terras indígenas. Nos últimos sete anos, foram realizadas 22 operações na região contra a exploração ilegal de madeira e a pesca predatória, várias delas com o apoio do Ibama e da Polícia Federal. Os investimentos em fiscalização quadruplicaram desde 2009, atingindo a média atual de 350 mil reais por ano. "O cerco aos madeireiros incomodou muita gente."

O melancólico desfecho do conflito entre indígenas e colonos brancos em Humaitá virou arma na mão dos grupos que lutam contra as demarcações de terras e as políticas específicas para índios. No site Canal do Produtor, a senadora Kátia Abreu (PMDB-TO), presidente da Confederação Nacional da Agricultura e da Pecuária, não perdeu a oportunidade de atacar a Funai e questionar os "privilégios" da população indígena. "Os Tenharim são uma prova viva da ficção ideológica na qual vive a Funai. O cacique morreu em um acidente de moto, veículo que as famílias da aldeia têm na porta da frente. Todas as moradias possuem internet e muitos dos indígenas vivem e trabalham nas cidades da região", argumentou a parlamentar, para quem os índios não precisam de mais terras tampouco da Funai. Bastariam os programas sociais que o governo federal oferece ao conjunto da população, como o Bolsa Família e incentivos para a agricultura.

Fazendo coro para a bancada ruralista, o geógrafo Demetrio Magnoli usou sua coluna na Folha de S.Paulo para questionar a identidade indígena de quem mora em casas com eletricidade e torce para o Flamengo. "Redefinir-se como indígena tornou-se uma estratégia destinada a obter segurança fundiária, cotas preferenciais e privilégios extraordinários", conclui.

O discurso serve aos interesses dos proprietários de terra que se sentem ameaçados com a expansão dos territórios indígenas. Segundo o Censo de 2010, o Brasil tem pouco mais de 500 terras indígenas, que somam 106,7 milhões de hectares, o equivalente a 12,5% do território brasileiro. Nessas reservas, vivem mais de 517 mil indivíduos. Restam, porém, 379,5 mil indígenas sem terra.

A Constituição assegura a eles o direito de ter suas terras reconhecidas e reservadas para usufruto exclusivo. Mas o processo de demarcação pode demorar mais de 20 anos, a depender das idas e vindas na burocracia estatal. Para complicar o cenário, o Ministério da Justiça apresentou um projeto de lei que prevê a consulta a nove diferentes ministérios em novos processos de demarcação.

CONT.



“Na prática, a medida só cria mais obstáculos”, critica André Villas-Bôas, secretário-executivo do Instituto Sócioambiental (ISA) e indigenista há 57 anos. A ideia de extinguir as políticas específicas para índios, em troca dos programas sociais mais abrangentes, desperta profunda irritação no especialista: “Qual é o sentido do Bolsa Família para uma comunidade indígena que teria de viajar mais de uma semana para sacar o benefício?”

De fato, parece uma insensatez desconsiderar a diversidade dos povos indígenas na formulação de políticas públicas. O Brasil possui mais de 300 etnias que falam 274 idiomas diferentes. Há povos nômades, sedentários, etnias recém-contatadas e até mesmo 32 povos isolados. “Não dá para oferecer as mesmas políticas para todos sem levar em conta as diferenças culturais entre eles”, emenda Márcio Meira, antropólogo e ex-presidente da Funai. “Também é risível dizer que o índio deixa de ser índio porque usa relógio ou celular. É tão descabido como dizer que um judeu não é mais judeu se não preservar suas tradições.”

Mas mesmo as etnias que já possuem terras demarcadas não estão imunes à cobiça. Além da atuação ilegal de madeireiros e garimpeiros em aldeias, dezenas de projetos tramitam no Congresso para permitir a exploração de atividades econômicas nas reservas, de atividades de mineração ao arrendamento de terras para o agronegócio. “A justificativa é sempre a mesma. Os índios não geram riqueza. Ignoram a contribuição deles para preservação ambiental”, diz a presidente da Funai, ora engajada no processo de desintrusão da terra indígena Awá-Guajá, no Maranhão.

Homologada por decreto presidencial em 2005, a reserva sofre com a extração ilegal da madeira e já teve 34% de sua cobertura vegetal derrubada. “Precisamos cumprir a lei e retirar os não-indígenas de lá. Acusam-nos de deixar pequenos produtores à míngua, mas eles serão encaminhados a assentamentos pelo Incra. Os únicos prejudicados serão os que lucravam com a ilegalidade.”



Nota Pública: Ameaça de Despejo de famílias em Campos Lindos, Tocantins
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 09.02.2014

A Coordenação Nacional da Comissão Pastoral da Terra vem a público externar sua apreensão diante do risco iminente de despejo de suas terras de cerca de 80 famílias camponesas, em Campos Lindos, TO.

O juiz da Comarca de Goiatins emitiu, em 18/09/2013, mandado de reintegração de posse em favor da Associação de Plantadores do Alto do Tocantins (Associação Planalto) do Projeto Agrícola Campos Lindos, município de Campos Lindos, nordeste do Tocantins. Na ação, a Associação Planalto alega que as famílias invadiram a área de reserva em condomínio, o que estaria prejudicando a regularização ambiental do projeto. O recurso apresentado pelos posseiros foi julgado em 29 de janeiro de 2014 pela 5ª Turma da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Tocantins, a qual manteve a sentença de despejo.

Na verdade a alegação de invasão de área de reserva não corresponde à realidade. Em torno a 160 famílias que, há pelo menos quatro décadas, ocupavam a área, foram pressionadas e encurraladas em reduzido espaço para dar lugar ao Projeto Agrícola Campos Lindos, criado em 1997, pelo governo Siqueira Campos. Em consequência, mais de 90 mil hectares já ocupados por camponeses foram transferidos para fazendeiros, empresários e políticos, entre os quais a atual senadora Kátia Abreu e o ex-ministro da Agricultura Dejanir Dalpasquale. Em uma verdadeira "reforma agrária às avessas", cada beneficiário pagou apenas 10 reais por hectare.

Depois de muita pressão, aproximadamente 80 famílias tiveram seus direitos reconhecidos pelo Instituto de Terras do Tocantins, Itertins. Grande parte, porém, ficou sem o reconhecimento legal de suas posses. Pais e filhos que moravam perto foram considerados um único núcleo familiar e a eles foi atribuído um único lote. Por isso continuaram na área reivindicando uma solução definitiva.

As últimas sentenças judiciais determinam o despejo de todas essas famílias. A Polícia Militar já fez o reconhecimento de campo e se planeja para, em breve, realizar a ação.

Mais uma vez a propriedade, nem tão legítima como poderia parecer, fala mais alto que os legítimos direitos dos camponeses que, há dezenas de anos, trabalham, produzem e vivem nesta área. Ao invés de tentar conhecer a fundo a realidade, a Justiça se restringe a examinar documentos e papéis. A história escrita e esculpida na terra com o suor e o trabalho das pessoas não conta.

O Ministério Público Federal havia determinado, após audiência pública realizada em 2013, um estudo antropológico sobre a ocupação da área. O laudo do antropólogo foi concluído e publicado somente no dia 28 de janeiro de 2014, na véspera da sentença do Tribunal de Justiça, reconhecendo a ocupação antiga e coletiva da área.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 25./ 2014

Brasília, 10 de fevereiro de 2014.

Diante disto, a Coordenação Nacional exige que o despejo seja suspenso e que se garantam os direitos das famílias que, há 18 anos, vivem constantemente sob pressão, na incerteza de como será o dia de amanhã.

Goiânia, 6 de fevereiro de 2014.

Dom Enemésio Lazzaris

Presidente da CPT Nacional



Jovem Guarani Kaiowá morre atropelada em rodovia às margens do tekoka Apyka'i
SÍTIO CIMI, 09.02.2014

Por Renato Santana,
de Brasília (DF)

Deuci Lopes, 17 anos, jovem Guarani Kaiowá, morreu atropelada na noite deste sábado, por volta das 21 horas, às margens do tekoha Apyka'i, no KM 5 da BR-463, corredor que liga Dourados a Ponta Porã, no Mato Grosso do Sul. Deuci, que deixa um filho de dois anos, estava acompanhada do marido quando um caminhão carregado com bagaço de cana a atingiu arrastando-a por alguns metros.

De acordo com indígenas que testemunharam o atropelamento, o caminhão pertencia a Usina São Fernando, grupo que arrenda as terras, reivindicadas pelos indígenas do Apyka'i, de um fazendeiro já acusado de ataques contra os Guarani Kaiowá.

O motorista do veículo não reduziu a velocidade e fugiu do local sem prestar socorro. A jovem morreu na hora. A velocidade permitida no trecho em que ocorreu o atropelamento é de 60 km. No entanto, de acordo com os indígenas, o veículo vinha a cerca de 120 km. Esta é a sexta morte por atropelamento de indígenas no Apyka'i desde 2009, ano em que foram expulsos da terra tradicional. O último, em março do ano passado, matou um garoto de quatro anos.

"Acontece (atropelamentos) de indígenas em todo estado. Ali no Apyka'i é o sétimo. Sempre de forma bem parecida: o veículo passa por cima e vai embora, sem prestar socorro. Isso é crime e as autoridades precisam investigar. Fora os atropelamentos que não acabam em mortes, mas deixam índios gravemente feridos", destaca Tonico Benites, liderança da Aty Guasu, organização do povo Guarani Kaiowá.

Benites ressalta que há 14 anos a comunidade de Apyka'i está às margens da BR-463. Para ele, os envolvidos no transporte da cana para as usinas nos centros urbanos sabem do tráfego e residência das comunidades Guarani Kaiowá na beira da rodovia. "A área ali está em processo de demarcação, já teve retomada e expulsão. Pistoleiros atacaram. Me pergunto: porque insistem em passar no local acima do limite de velocidade, atropelam e não prestam socorro?", questiona.

Em setembro do ano passado, os Guarani Kaiowá de Apyka'i retomaram um pequeno pedaço da terra tradicional, onde incide a Fazenda Serrana, que arrenda a área para a Usina São Fernando. O trecho retomado, que desde então a comunidade está instalada, fica a poucos metros da BR-463 e a cerca de sete quilômetros de Dourados. A rodovia, portanto, é a única forma dos indígenas se locomoverem a pé, pelo acostamento, entre a aldeia e a cidade.

"Quando eles foram retirados do local em 2009, se dirigiram para a beira da rodovia. Mesmo assim foram atacados por pistoleiros. Em agosto de 2013, a Aty Guasu denunciou que

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 25./ 2014

Brasília, 10 de fevereiro de 2014.

seguranças da Gaspem impediam a comunidade de acessar um córrego para obter água”, lembra Tonico Bentites.

Com a ocupação de setembro do ano passado, os indígenas receberam a notícia de que a Justiça despachou, mais uma vez, reintegração de posse a favor do fazendeiro para o final deste mês. Liderados por Damiana, que já teve o marido, dois filhos, além de netos e sobrinhos, mortos por atropelamentos, os Guarani Kaiowá do Apyka’i resistem ao despejo, a rodovia e aos pistoleiros.

Enquanto isso, no cemitério do Apyka’i, o sétimo túmulo será aberto: seis vítimas de atropelamentos e uma idosa que morreu intoxicada pelo veneno despejado por um avião sobre a lavoura que cresce numa terra que deveria estar ocupada pelos Guarani Kaiowá.

Usina São Fernando

De acordo com os Guarani Kaiowá do Apyka’i, o caminhão que atropelou Deuci e não prestou socorro é da Usina São Fernando, instalada desde 2009 em Dourados. Segundo apuração da ONG Repórter Brasil, a propriedade em que o tekoha Apyka’i está foi arrendada para o plantio de cana-de-açúcar pela Usina São Fernando.

A usina, por sua vez, é um empreendimento da Agropecuária JB (Grupo Bumlai) com o Grupo Bertin, um dos maiores frigoríficos da América Latina.

“Acreditamos que a demora em demarcar as terras e as seguidas reintegrações de posse são as principais razões para estes atropelamentos. Se a terra tivesse demarcada e a comunidade nela, nada disso teria acontecido”, ressalta Tonico Benites.

Pela demarcação e contra a reintegração de posse, foi lançada nesta última semana a Campanha pela Demarcação da Terra Indígena Apyka’i. Com um abaixo-assinado, os Guarani Kaiowá pretendem sensibilizar as autoridades.

Acesse: campanhaguarani.org/apykai



Instalações da faculdade indígena já contam com recurso

SÍTIO RADIO ATIVA AM, 09.02.2014

O reitor da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), professor Adriano Silva, e o vice-governador e secretário de Cidades, Chico Daltro, confirmaram a ampliação da Faculdade Indígena Intercultural da Unemat em Barra do Bugres.

Segundo Chico Daltro, a Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (Empaer), proprietária do terreno onde hoje funciona o campus, aprovou a transferência do terreno para a Unemat, assim como a prefeitura sinalizou a doação da estrutura física para a universidade.

Com a transferência do terreno, agora o próximo passo é a conclusão da licitação do projeto executivo das novas instalações. "Dentro de dez dias devemos conhecer a empresa vencedora da licitação", contou Daltro. "Os recursos para a execução do projeto, assim como para a execução da obra, já estão garantidos por meio da Secretaria das Cidades", informou o vice-governador à comunidade acadêmica que está ansiosa pelas novas salas de aula e pelos alojamentos.

Chico Daltro acredita que em 70 dias o projeto esteja pronto para iniciar a licitação da obra, orçada em R\$ 10 milhões, que deve ser começada no início do período letivo do segundo semestre.

O professor Adriano Silva se comprometeu em encontrar junto com o prefeito de Barra do Bugres uma alternativa para alojamento e aulas durante o período de construção.

Acadêmicos de 32 etnias da Faculdade participaram da reunião, que contou ainda com as presenças do aluno Tapi Yawalapiti, da pró-reitora de Ensino de Graduação, Ana Di Renzo; do diretor Político-Pedagógico e Financeiro do campus de Barra do Bugres, Alexandre Porto; o vice-prefeito João Bosco; professores e servidores da Unemat; e imprensa local.

Fonte: Da Redação



Com rosto pintado e cocar, índios provam que sabem jogar futebol

SÍTIO GLOBO ESPORTE, 09.02.2014

Carregando troncos, índios do Gavião Kykatejê focam na preparação física e superaram a desconfiança do público e dos adversários para jogar Série A do Pará

Bom Jesus do Tocantins é uma cidade pacata a 480 quilômetros de Belém, capital do Pará. É de lá que vem a equipe profissional de futebol chamada Gavião Kykatejê. O time representa a aldeia indígena local, fez uma trajetória de sucesso, passando rapidamente do amadorismo ao profissionalismo, superando no caminho uma série de preconceitos de etnia e chegando hoje à primeira divisão do campeonato paraense. (clique no vídeo e confira a reportagem completa)

O time, que para se preparar fisicamente faz exercícios carregando toras de madeira a maneira dos tradicionais esportes indígenas, conta em suas fileiras com o atacante Aru, legítimo representante da tribo, que conta do orgulho em representar seu povo e do preconceito que enfrentou para chegar até aqui.

- Ouvi que índio não sabe jogar, que índio é bicho, que não tem condições de jogar bola, que tem que voltar pra mata. Não é uma palavra assim, uma frase que vai me desanimar de eu fazer o que eu gosto, isso pra mim é como um incentivo, levo no peito, na raça, na força isso me faz me fortalecer cada vez mais. Sempre vou lutar pelo Gavião, ainda mais representando nossa etnia. Que a gente vem batalhando a vários anos, eu como remanescente desde o primeiro ano, a gente fica feliz demais de representar e poder fazer o que a gente mais gosta que é jogar futebol. Lá dentro a gente sente uma emoção muito grande quase não tem explicação – explica o centroavante Aru.

O clube nasceu como Castanheira Esporte Clube, e disputava competições da Liga Amadora de Marabá. Em 2007 os índios da tribo Kykatejê-Gavião compraram o clube que virou um time exclusivo para os membros da aldeia. E jogaram bem, sendo campeões da liga amadora. No ano seguinte a equipe se profissionalizou. Comandada por Zeca Gavião, cacique da tribo, primeiro presidente e primeiro treinador da equipe, o time virou o Gavião Kykatejê Futebol Clube e depois de dois anos na segundona paranaense e conseguiu vaga na primeira divisão.

O elenco do time hoje em dia tem 27 jogadores, sustentados por um orçamento de R\$ 90 mil, angariados junto aos patrocinadores locais. O clube sofre um pouco com as viagens para jogar o Parazão, já que Marabá, onde manda seus jogos é distante da capital do estado. Além disso, os jogadores brancos e negros devem se submeter às tradições da tribo, se abstendo de se envolver com as mulheres indígenas, segundo afirma o cacique Zeca Gavião.

- A primeira regra é não se envolver com nenhuma indígena. Os brancos, né, porque o objetivo deles aqui é ajudar a gente a crescer, subir o time. A outra é o horário de dormir. Então ele tem até 22h, para eles vir, comunicar com a esposa, com a namorada, com a família e 22h30 desceu todo mundo para a concentração – explica o cacique.



Seduc reúne com associações dos povos indígenas

SÍTIO O IMPARCIAL, 09.02.2014

A partir desta segunda-feira (10) as associações dos povos indígenas podem solicitar, junto à Secretaria de Estado da Educação (Seduc), o cadastramento para a celebração de convênios para o transporte da educação indígena referente ao ano letivo que terá início em março. A informação foi prestada nesta sexta-feira (7) por representantes da secretaria durante o encontro com dezenas de lideranças indígenas e estudantes.

Durante o encontro, Pedro Barbosa de Carvalho (gestor de Atividade Meio), Flávia Raquel Fernandes Ramos (assuntos jurídicos) e Lívio Mendonça Correa (Planejamento) explicaram que para celebrar os próximos convênios para operacionalizar o transporte escolar indígena as associações devem estar adimplentes junto à Seduc.

Quanto à quitação das empresas que operacionalizaram o transporte da educação indígena no ano passado, os representantes da administração central esclareceram que a ausência de pagamento, até o momento, ocorreu em função de problemas jurídicos. "A Seduc está adotando todas as providências para regularizar o pagamento", garantiu Lívio Mendonça, secretário adjunto de Planejamento.

Flávia Raquel esclareceu que os processos foram encaminhados à Procuradoria Geral do Estado (PGE), mas foram devolvidos para novas diligências. A Seduc iniciou os processos de sindicância e começou a ouvir os presidentes das associações indígenas.

Depois de ouvidos pela comissão de sindicância da Seduc, os presidentes das associações recebem uma lista dos documentos exigidos pela PGE para regularizar os processos, a fim de que seja efetuado o pagamento às empresas que operacionalizaram o transporte da educação indígena no ano passado.



Denúncia contra atuação da PM na terra indígena dos Fulni-ô
SÍTIO ÍNDIOS NO NORDESTE, 09.02.2014

Por Edmundo Monte

Recebemos há pouco um e-mail do professor Peter Schröder, solicitando divulgação da NOTA DE REPÚDIO dos Fulni-ô contra a atuação de PM's na TI, em Águas Belas-PE. Segue um trecho do documento:

"Por meio do presente documento, homens, mulheres, jovens e anciãos, membros representantes do povo Fulni-ô de Águas Belas – Estado de Pernambuco, manifestam aqui o sentimento de repúdio e indignação à entrada não autorizada de policiais militares alocados no 4º C.O.M. de Águas Belas e o 9º B.P.M. de Garanhuns-PE, na área do aldeamento indígena da aldeia Fulni-ô. Denunciamos junto às competências legais reconhecidas pelo estado democrático de direito as reincidentes ameaças que diversos cidadãos indígenas vêm sofrendo nos últimos meses."

Baixe o documento completo, incluindo fotos do ocorrido, AQUI
(<http://indiosnonordeste.com.br/wp-content/uploads/2014/02/Den%C3%B4ncia.pdf>).



Comunidade Burajuba resiste à incursão de empresas

SÍTIO DIÁRIO ON LINE, 09.02.2014

Burajuba é o nome de uma árvore que os mais antigos utilizavam para construir canoas. Árvore forte, que resistia ao fogo sem rachar, a espécie quase não é mais encontrada nas matas por uma comunidade que adotou ser batizada com o nome dessa árvore no município de Barcarena. Como a árvore que lhe deu o nome, a comunidade de São Sebastião de Burajuba resistiu ao 'fogo' das ameaças de perda das terras. No dia 1º de janeiro as famílias da comunidade passaram a ser oficialmente autodefinidas como quilombolas. A certidão de autodefinição, publicada pela Fundação Cultural Palmares no final de 2013, foi entregue às famílias em cerimônia promovida pela prefeitura local com a participação da Superintendência do Patrimônio da União no Pará.

Para a comunidade, foi uma grande vitória. A certidão atesta às instituições e órgãos públicos que a comunidade se enxerga como quilombola. É um reconhecimento das origens e dos direitos das famílias. Além de possibilitar que a comunidade tenha acesso mais amplo a políticas públicas, o reconhecimento é o primeiro e mais importante passo para a obtenção da titulação das terras quilombolas, fornecida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). "É uma verdadeira carta de alforria. É o reconhecimento de que eu não sou invasora, sou quilombola", disse a líder comunitária Maria do Socorro Costa da Silva.

O processo teve início no ano passado. Em 2013, a comunidade entrou em contato com a Universidade Federal do Pará (UFPA) e solicitou à professora Rosa Acevedo Marin, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (Naea), apoio na produção de estudo que registrasse a história das famílias de Burajuba. A pesquisa histórico-antropológica foi realizada em Belém e em Barcarena.

Na capital a pesquisa de fontes documentais foi realizada na Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves, na Comissão Demarcadora de Limites, no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e na biblioteca do Naea. Em Barcarena foram feitas entrevistas gravadas e trabalhos de georreferenciamento, registra relatório da pesquisa enviada à Fundação Cultural Palmares. A pesquisadora Rosane Maia, que participou da elaboração dos estudos, também esteve presente na cerimônia do último sábado.

Gigante vencido

O reconhecimento como quilombolas pode ser também um passo gigantesco em relação a uma luta que dura quatro décadas contra a empresa Companhia de Desenvolvimento de Barcarena (Codebar), que reivindica as terras. Em 2008 o Ministério Público Federal no Pará chegou a entrar com um pedido de medida cautelar à Justiça Federal para que fosse impedida a venda das terras dos ribeirinhos da comunidade de Burajuba pela Codebar. A venda das terras ameaçava a integridade territorial de uma população que o MPF entendia ser protegida pela Constituição, incluída nos critérios da Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais.

CONT.



A disputa com a empresa começou por volta de 1984, quando a Codebar entrou no local, tomando posse das terras para formar o Distrito Industrial. É uma história tipicamente amazônica, no que tem de simbólico em relação à posse, ocupação de terras e poder econômico sobrepujando comunidades tradicionais.

O relato feito pelos moradores em ofício encaminhado à Justiça Paraense em agosto de 2008 é revelador dessa situação. Diz o texto:

“Em 1980 recebemos uma comissão do Iterpa, para que fizéssemos um novo cadastro no órgão, a fim de recebermos o título definitivo de posse de nossas áreas. Passaram-se três meses, como combinado, uma comissão foi até o Iterpa. Lá fomos recebidos pelo doutor Cezar Bentes, que nos deu a notícia de que nossas terras tinham sido vendidas para o Distrito Industrial. Ele mandou que esperássemos para que fôssemos indenizados. Neste mesmo período chegaram as empresas abrindo as ruas e destruindo tudo o que estava na frente. Os funcionários da Codebar diziam que tínhamos de colaborar com o governo doando nossas terras, que seriam propriedade da União, para o Projeto Industrial e que só teríamos o direito de receber a indenização de nossas benfeitorias. Deram um prazo de uma semana para que 44 famílias fizessem o levantamento das plantações e benfeitorias”.

“Já morávamos aqui. Temos certidões desde 1964. Essas terras eram dos nossos bisavós, que deixaram para os nossos avós, que deixaram para nossos pais e que pretendemos deixar para nossos filhos”, dizia Raimundo Amorim de Barros, hoje com 60 anos.

Cerca de 50 famílias -das 500 originais- vivem no local. É uma área ainda extensa, mas que já foi muito mais. O rio Murucupi, que passa aos fundos, foi contaminado por diversas empresas. “A gente vivia do camarão, do peixe, do que plantávamos. Não precisávamos de nada. Agora não se pode mais pegar nada desse rio”, diz Clarivaldo do Amorim Brandão, 50 anos, irmão de Raimundo Amorim.

No meio da mata, há restos do que era o centro da comunidade. Uma escola e uma igreja centralizavam a vida da comunidade. Na igreja, quatro santos eram venerados em quatro festas anuais. A de Santa Ana, São Sebastião, Nossa Senhora das Graças e São Tomé, a maior de todas. Cada santo tinha uma imagem que ficava com uma família da comunidade. Em 1984, a professora Judite de Souza Lemos teve que correr com os alunos quando dava aula porque as máquinas da empresa vieram para derrubar tudo. Da escola, Judite foi para a igreja. Não adiantou. Hoje só há ruínas lembrando o episódio.

Judite Lemos tem hoje 60 anos e nove filhos. É uma mulher pequena, de passos miúdos e rápidos. Conhece como poucos as histórias da comunidade. Guarda papéis que comprovam a existência das famílias de Bujaruba. São certidões de nascimento, batizado, casamentos, com datas dos anos 60, 70, 80. Um exemplo é a certidão de um dos filhos, Renato Júnior de Souza Lemos, registrado no dia 30 de março de 1977. O local do nascimento é a comunidade de Bujaruba, registra o documento.

Comunidade ainda sofre ameaça de empresas

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 25./ 2014

Brasília, 10 de fevereiro de 2014.

Segundo o MPF, na área central da Vila dos Cabanos, região nobre do município, parte da comunidade foi removida para casas de madeira em um bairro de periferia chamado Laranjal, a troco de indenizações que muitos sustentam não terem sido pagas.

Como o dinheiro era insuficiente e as cerca de 50 famílias estavam habituadas a viver de roça, pesca e coleta, muitos moradores de Burajuba não conseguiram se adaptar ao ambiente urbano e retornaram às terras, o que gerou conflito com a extinta Codebar.

“Burajuba é um caso emblemático de como os grandes projetos implantados na Amazônia simplesmente negaram a realidade do povo que vive aqui”, diz o procurador da República Felício Pontes Jr.

O reconhecimento da comunidade como quilombola foi comemorado como uma grande vitória. “É a justiça começando a ser feita”, disse o morador de Burajuba Eduardo Cravo.

A comunidade ainda enfrenta litígios com outras empresas, também de olho nas terras quilombolas.

(Diário do Pará)



Prefeitura em seu bairro foi realizada na comunidade indígena

SÍTIO MT POLÍTICA, 10.02.2014

A primeira prefeitura em seu bairro do ano de 2014 foi realizada no último sábado (08/02) na Comunidade Indígena Três Jacus, este mesmo local recebeu também neste final de semana, sábado e domingo o XIII Jins - Jogos Indígenas de Sapezal.

Com atendimento voltado basicamente à saúde e a educação, as secretarias e seus representantes se fizeram presentes onde os indígenas receberam palestras e orientações sobre os mais variados assuntos.

A prefeita Ilma Grisoste manteve-se durante todo o dia atendendo e ouvindo a população que ali compareceu principalmente indígenas de todas as aldeias do município de Sapezal e outros, com informações pertinentes ao desenvolvimento turístico, saúde, educação, e organização comunitária.

Além das palestras já mencionadas, foram distribuídos kits de higiene bucal a toda a comunidade, e orientações corretas quanto a escovação.

A defensoria pública a exemplo dos demais eventos realizados anteriormente também esteve presente, porém desta vez não houve procura, mesmo assim a Defensora Maria Cecília, manteve-se a disposição daqueles que desejassem alguma informação.

Estiveram presentes: As secretarias de: Administração; Assistência Social; Viação e Obras; Saúde; Educação; Finanças e Orçamentos e Desenvolvimento Econômico, bem como todas as coordenações.

A próxima edição deverá ocorrer no próximo mês de março, de acordo com o calendário estabelecido pela prefeita, que será na sede do município.

Fonte: Assessoria



Cotas para negros no serviço público federal são tema de seminário em Brasília
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 10.02.2014

Promovido pela SEPPIR, o evento acontecerá no Plenário 16 da Câmara dos Deputados, próxima terça, 11, e contará com a apresentação de um estudo do Ipea sobre o assunto SEPPIR – Com o objetivo de debater a relevância da ação afirmativa de reserva de vagas para a população negra em concursos públicos do Governo Federal, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) realizará o seminário “Cotas no Serviço Público Federal”. O evento acontece na terça-feira, 11, às 17h, no Plenário 16 da Câmara dos Deputados. O evento contará com a apresentação do estudo “Reserva de vagas para negros em concursos públicos: uma análise a partir do Projeto de Lei 6.738/2013”. Editado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a análise discorre sobre a adoção de cotas para negros na administração pública.

O racismo e seus reflexos no mercado de trabalho serão debatidos no evento, assim como a relevância de ações afirmativas na agenda dos poderes executivo e legislativo para eliminação do preconceito racial e suas consequências. O estudo que será apresentado pelo Ipea traz um levantamento da participação dos negros no serviço público federal e também do mapeamento das legislações similares em vigor nos Estados e Municípios brasileiros.

O trabalho afirma a importância do Projeto de Lei nº 6.738/2013, encaminhado pela presidenta Dilma Rousseff à casa legislativa, que reserva para negros 20% das vagas dos concursos do Executivo. Ele demonstra a existência de segregação racial nas carreiras, posição na ocupação, setor de atividade, nível hierárquico e desigualdade salarial entre negros e brancos, mesmo entre aqueles com mesmo nível de escolaridade.

Além da ministra Luiza Bairros e parlamentares ligados à luta pela igualdade racial, o evento tem a previsão de participação do ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Marcelo Néri, e dos deputados Leonardo Picciani (PMDB/RJ) e Vicentinho (PT/SP), relatores do Projeto de Lei.

O seminário é uma iniciativa da SEPPIR em parceria com o Ipea e o apoio da Frente Parlamentar Mista pela Igualdade Racial e em Defesa dos Quilombolas.

O projeto de lei

O PL 6738/2013 está entre as propostas que tramitam em regime de urgência para a votação na Câmara dos Deputados. Nesta semana, a ministra Luiza Bairros e parlamentares se reuniram com o presidente da casa, Henrique Alves (PMDB/RN), para pedir a prioridade de votação do projeto, e para apresentar as propostas prioritárias da pasta para a apreciação ainda em 2014. A perspectiva da SEPPIR é que a proposta de legislação seja aprovada ainda antes do período do Carnaval.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 25./ 2014

Brasília, 10 de fevereiro de 2014.

Serviço

Seminário: Cotas no Serviço Público Federal

Data: 11/02/2014

Horário: 17h

Local: Câmara dos Deputados – Anexo II – Plenário de Comissões nº 16



Comunidade Burajuba recebe certificado de autodefinição como quilombola

SÍTIO CEDEFES, 10.02.2014

As famílias da comunidade de São Sebastião de Burajuba, de Barcarena, no nordeste do Pará, estão oficialmente autodefinidas como quilombolas. A certidão de autodefinição, publicada pela Fundação Cultural Palmares no final de 2013, foi entregue às famílias no último sábado, 1º de janeiro, em cerimônia promovida pela prefeitura local com a participação da Superintendência do Patrimônio da União no Pará.

A certidão atesta às instituições e órgãos públicos que a comunidade se autodefine como quilombola. É um reconhecimento das origens e dos direitos das famílias. Além de possibilitar que a comunidade tenha acesso mais amplo a políticas públicas, a autodefinição como quilombola é o primeiro e mais importante passo para a obtenção da titulação das terras quilombolas, fornecida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

A obtenção do certificado foi comemorada com muita emoção pelas lideranças quilombolas. "Para mim é uma verdadeira carta de alforria. É o reconhecimento de que eu não sou invasora, sou quilombola", comemorou a líder comunitária Maria do Socorro Costa da Silva. "Chega de ser buscada dentro de casa para dar depoimentos em delegacias, chega de ter meus direitos aviltados pelos próprios órgãos que deveriam defendê-los", desabafou.

Histórico de conflitos - Desde o início da atuação da Companhia de Desenvolvimento de Barcarena (Codebar), nos anos 80, a área de Burajuba é foco de conflitos. Na área central da Vila dos Cabanos, região nobre do município, parte da comunidade foi removida para casas de madeira em um bairro de periferia chamado Laranjal, a troco de indenizações que muitos sustentam não terem sido pagas.

Como o dinheiro era insuficiente e as cerca de 50 famílias estavam habituadas a viver de roça, pesca e coleta, muitos moradores de Burajuba não conseguiram se adaptar ao ambiente urbano e retornaram às terras, o que gerou conflito com a extinta Codebar.

Em 2008 o Ministério Público Federal no Pará (MPF/PA) levou o caso à Justiça Federal, que em decisão liminar (urgente) impediu que a Codebar vendesse a área, determinação confirmada por sentença publicada em 2012.

Segundo o procurador da República Felício Pontes Jr., que propôs a ação, "Burajuba é um caso emblemático de como os grandes projetos implementados na Amazônia simplesmente negaram a realidade do povo que vive aqui".

Um dos líderes de Burajuba, Odil Pantoja Marques, concorda: "O tão falado desenvolvimento chegou, mas só para poucos. Só para quem tinha diploma, para os engenheiros e técnicos. Para nós, agricultores, a situação só piorou".

CONT.



Por essas e inúmeras outras dificuldades, o reconhecimento da comunidade como quilombola foi comemorado como uma grande vitória. "É a justiça começando a ser feita", disse o morador de Burajuba Eduardo Cravo.

Autodefinição – Em 2013 a comunidade entrou em contato com a Universidade Federal do Pará (UFPA) e solicitou à professora Rosa Acevedo Marin, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (Naea), apoio na produção de estudo que registrasse a história das famílias de Burajuba.

A pesquisa histórico-antropológica foi realizada em Belém e em Barcarena. Na capital a pesquisa de fontes documentais foi realizada na Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves, na Comissão Demarcadora de Limites, no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e na biblioteca do Naea. Em Barcarena foram feitas entrevistas gravadas e trabalhos de georreferenciamento, registra relatório da pesquisa enviada à Fundação Cultural Palmares.

Fonte: MPF/PA



UFBA abre processo seletivo para índios aldeados e quilombolas

SÍTIO UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 10.02.2014

A Universidade Federal da Bahia está iniciando processo seletivo para ingresso no ano letivo de 2014, para os índios aldeados ou moradores das comunidades remanescentes dos quilombos. Estão disponíveis 02 (duas) vagas em cada curso, em 101 diferentes opções de cursos de graduação da Universidade, em Salvador e em Vitória da Conquista, nas modalidades Curso de Progressão Linear (CPL), Curso Superior de Tecnologia (CST) e Bacharelado Interdisciplinar (BI).

O candidato deve requerer sua inscrição no período de 10 a 14 de fevereiro de 2014, pela internet, na página www.vestibular.ufba.br, preenchendo adequadamente o Requerimento de Inscrição e cumprindo os procedimentos e instruções determinados na tela do computador e no Edital, que também se encontra nesta página, além de imprimir e conferir o seu Requerimento de Inscrição. Não será cobrada taxa do pagamento de inscrição.

Só poderão candidatar-se às vagas definidas no Edital os candidatos índios aldeados ou moradores das comunidades remanescentes dos quilombos, que se submeteram regularmente às provas do ENEM 2013. O INEP fornece à UFBA arquivo eletrônico com o escore padronizado obtido por cada candidato em cada uma das provas do ENEM 2013.

A condição de quilombola e a de aldeado será comprovada, respectivamente, mediante certificado da Fundação Cultural Palmares e da FUNAI. As comunidades remanescentes de quilombos são apenas aquelas certificadas pela Fundação Cultural Palmares, nos termos do Decreto 4887/03.

Dúvidas e casos omissos serão resolvidos pelo Serviço de Seleção, Orientação e Avaliação (SSOA), responsável pela efetivação deste Edital, situado na rua Dr. Augusto Viana, 33, Canela, Salvador-BA, (em frente à Reitoria), CEP: 40110-160, telefax: (71) 3283.7820, e-mail: ssoa@ufba.br, horário de atendimento: dias úteis, das 09 às 17 horas. A íntegra do Edital toda a legislação e eventuais informações complementares se encontram no sítio oficial: www.vestibular.ufba.br



Família mantém tradições indígenas e atrai turistas no Litoral Sul da PB

SÍTIO G1, 10.02.2014

Perto das praias badaladas do litoral sul da Paraíba vive uma família que assumiu o compromisso de manter viva a tradição indígena de seus ancestrais e oferece a visitantes e curiosos a oportunidade de experimentar a rotina dos primeiros habitantes do Brasil. O Território do Macuxi fica no município do Conde, a 30 km de João Pessoa, e atrai turistas, naturistas ou não, interessados em viver uma experiência de contato com a natureza pagando R\$ 20.

A atração é explorada pela família Macuxi. Nas trilhas da natureza, próximo ao rio Guruji, eles buscam reviver a história dos seus ancestrais na reserva natural, buscando inspiração para viver melhor e desenvolvendo um trabalho de educação ambiental através do ecoturismo, vivências e lazer.

Nascido em Belém do Pará, Julindo morou em Brasília e veio para a Paraíba morar com sua esposa e filhos com o desejo de reviver a história de seus antecedentes e criar os filhos no equilíbrio entre a cidade e o campo. E essa proposta é um dos maiores atrativos do lugar. "Somos um povo muito musical, dançante, feliz, graças a Deus, e muito cheio de 'curumim'. Felicidade e harmonia é o que a gente tenta plantar aqui", explicou Julindo Macuxi, descendente de índios macuxi que vive no território com sua esposa Elaine Macuxi (também descendente de índios, mas da tribo Cariri) e seus filhos.

Visitantes são bem vindos

O preço cobrado permite acesso à comunidade onde é possível tomar banho de argila, de rio, fazer trilha na mata, pegar fruta no pé e fazer parte da rotina da família Macuxi no território onde também funciona a sede do Movimento Naturistas Unidos (NU). Mas, naturistas ou não, todos são bem vindos no local.

As delícias oferecidas pelo local ainda incluem acampar, fazer trilhas, tomar banho de rio e bica, andar de caiaque, comer as frutas da época e tomar banho de 'tabatinga', um banho de barro branco. O passeio pelo território pode durar um dia inteiro, mas o visitante não pode poluir, desmatar, caçar ou atear fogo. A visita é feita por agendamento.

Acesso pela PB-008

Para chegar ao Território Macuxi, o visitante que sai de João Pessoa precisa seguir pela PB-008 até o binário de Jacumã. Todo o trajeto é asfaltado e o trecho de barro é de cerca de 500 metros de tráfego fácil, já dentro do Território. A região é sinalizada, facilitando a chegada do visitante.



O ciclo vicioso da Funai

SÍTIO VEJA, 10.02.2014

Em sua coluna de hoje no Estadão, Denis Rosenfield bate, uma vez mais, na tecla do duplo padrão existente na Funai, sempre disposta a vender uma imagem falsa da questão indígena. Nelson Rodrigues costumava dizer que D. Hélder Câmara, o "padre de passeata", nada seria sem a fome nordestina. A Funai precisa dos índios vistos eternamente como os coitados explorados para justificar seu poder e sua gorda verba estatal.

O caso que ele traz à tona é o do assassinato de 3 moradores do Humaitá (AM) por um grupo de índios, que já comentei aqui. O silêncio da Funai e das ONGs indígenas é ensurdecedor. Não importa que seja um crime comum, com uso de arma de fogo (índio usando arco e flecha em pleno século 21, só na cabeça dos românticos mesmo). Índio precisa ser vítima, sempre. Como diz Rosenfield:

A Secretaria de Direitos Humanos, sempre tão pronta a reagir quando acontece qualquer coisa a um grupo que considera privilegiado do ponto de vista de sua atuação, guarda um silêncio obsequioso. A atitude não deixa de ser paradoxal. Em sua peculiaríssima concepção do humano, exclui todos os que são assassinados por uma questão das mais torpes, tendo como autores seus "humanos" escolhidos. Será que os assassinados não são humanos?

Se um indígena morre num acidente de moto, temos uma comoção nacional e mesmo internacional. Se três não indígenas são assassinados, é como se fosse irrelevante. Há assassinos brancos e indígenas e todos devem ser tratados com o mesmo rigor da lei. Já dizia Darcy Ribeiro que os indígenas não são melhores nem piores que os não indígenas. São simplesmente iguais, humanos nesse sentido. Não pode haver dois pesos e duas medidas.

Os índios brasileiros já contam com 13% do território nacional, possuem motos, internet, televisão, etc. Querem participar do progresso da civilização, como todos os outros. A Funai e companhia, em seu nome, acaba agindo para impedir isso, ou para beneficiar apenas certas lideranças corruptas.

É análogo aos sindicatos que dizem atuar em prol dos trabalhadores e favorece basicamente os sindicalistas do alto escalão, ou como movimentos sociais que alegam lutar pelos desvalidos enquanto prejudicam os mais pobres à custa de suas lideranças.

Quem aponta isso, entretanto, é logo acusado de não se importar com os índios. Monopólio da virtude, a marca registrada da esquerda. Os "ruralistas" são demonizados e a Funai pode posar de defensora dos índios, mas, na prática, é a própria Funai que representa um obstáculo ao progresso dos "índios", já devidamente aculturados. Rosenfield conclui:

O círculo é totalmente vicioso. Os indígenas responsabilizam a Funai, que, por sua vez, culpa os produtores rurais, que reagem às provocações, que repercutem na mídia como se fossem

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 25./ 2014

Brasília, 10 de fevereiro de 2014.

eles os responsáveis pelos conflitos indígenas. O status quo só favorece os semeadores de conflitos e de violência.

Rodrigo Constantino



Famílias rurais invadidas e sem solidariedade

SÍTIO FLORIPA MANHÃ, 10.02.2014

(Artigo por José Zeferino Pedroso* , DC, 10/02/2014)

Por que a invasão de sem-tetos e indígenas em terreno urbano, na SC-401, em Florianópolis, foi alvo da indignação geral e de repúdio das instituições da sociedade civil, enquanto as invasões de indígenas e sem-terras às propriedades rurais produtivas da zona rural catarinense permanecem ignoradas? As invasões no campo geram agonia sem fim para centenas de famílias rurais cujas propriedades foram esbulhadas ou estão sob ameaça de invasão por grupos que se denominam indígenas. Apesar da importância das famílias rurais na produção de alimentos, a população urbana tem dificuldade em se solidarizar e apoiá-las.

O produtor rural brasileiro gera o melhor e mais barato alimento do mundo. Foi esse trabalhador que, em 2013, salvou a economia ao sustentar quase R\$ 100 bilhões em exportações. Mesmo assim, quando sofre a injustiça das invasões em terras produtivas, a família rural sempre fica sozinha. O Oeste vive clima de tensão há anos, quando o governo federal decidiu criar novas áreas indígenas em Saudades e Abelardo Luz e ampliar as de Ipuçu e Seara, colocando mais de 500 famílias em desespero e milhares de outras em alerta por estarem próximas a áreas mapeadas por ONGs para transformação em reservas indígenas.

O episódio mais recente é a tentativa de criação de uma nova área indígena em Linha Gamelão, em Chapecó. As famílias atingidas têm a posse pacífica e a titulação da propriedade das terras há mais de 70 anos. A ONG Arpinsul e a Funai estariam propondo a criação de uma reserva com 28 mil hectares. A história de SC está repleta de casos de famílias rurais, possuidoras e proprietárias de imóveis rurais adquiridos de forma legal e legítima há várias gerações que perdem injustamente seu patrimônio em ações da Funai. Nunca nesses casos houve solidariedade da sociedade urbana, apenas das entidades do agronegócio.

As invasões no campo geram uma agonia sem fim para centenas de famílias rurais que estão sob ameaças de grupos que se denominam indígenas.

*PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DE SC. MORADOR DE ERVAL VELHO



Primavera do Leste e o seu problema social indígena

SÍTIO JORNAL O DIÁRIO, 10.02.2014

A questão indígena da cidade foi abordada durante a posse dos novos chefes da PRF

Na manhã de sexta-feira (07), durante a posse dos novos chefes da 5ª Delegacia da Polícia Rodoviária Federal de Primavera do Leste, o superintendente regional Kellen Nogueira, ressaltou um problema que moradores de Primavera do Leste vem sofrendo há muito tempo, a questão indígena.

"A PRF tenta manter a ordem e uma de nossas ações se concentram em relação aos pedágios cobrados pelos índios na BR 070, isso muito nos preocupa pois sabemos que muitas pessoas se utilizam dessa via. Mas muitas coisas fogem do nosso controle, não conseguimos ainda impedir essa prática. Mas já posso ressaltar aqui que um documento já se encontra no Supremo Tribunal Federal - STF, e nele se encontra a solução para este problema social, o documento visa tornar a prática ilegal, mas ainda devemos aguardar decisões. O que peço a todos é que evitem transitar na rodovia nas datas onde a prática é mais comum, pois assim essa atividade deixa de ser lucrativa, e quem sabe assim as cobranças diminuam." - Frisou Nogueira.

Entenda como funcionam os pedágios

Os moradores de Primavera do Leste já estão acostumados, todo dia 19 de abril, data que é comemorado o Dia do Índio, a rodovia BR 070 (Primavera - Barra) é interditada. Os índios se utilizam de pneus, troncos de árvores para formar barreira, eles param os veículos para pedir dinheiro, sendo que alguns deles portam bordunas e também arcos e flechas para intimidar os motoristas que não tem outra saída, a não ser pagar o valor cobrado por eles que pode chegar até a R\$ 50,00. Em alguns anos os índios chegaram a montar 5 barreiras ou mais no trecho que liga Primavera do Leste a Barra do Garças, tornando a viagem um tanto cara.

Eles alegam que a rodovia passa dentro da reserva indígena e que fazem essa cobrança para conseguir alimentos e remédios para aldeias.



MS – Guarani e Kaiowá se dirigem a Apyka’i para apoiar resistência do tekoha
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 10.02.2014

“Aty Guasu informa que diante de continuidade de ação genocida e extinção da comunidade Guarani e Kaiowá, INJUSTIÇA, a partir de hoje, 09/02/2013, a fim de proteger a vidas da comunidade de APYKA’I, apoiar a resistência Guarani Kaiowá, dezena de integrantes do povo Guarani e Kaiowá do MS em movimento começaram a chegar ao tekoha APYKA’I-DOURADOS-MS.

Assim, inicia os rituais religiosos de proteção no tekoha Apyka’i. Esses rituais religiosos de proteção será por tempo indeterminado. Visto que os membros do povo indígena está massacrado, morrendo, está sendo assassinado dia a dia. O governo e a justiça está agindo contra a existência do povo Guarani e Kaiowa. Para sobreviver o povo vai lutar e resistir no tekoha Apyka’i, é uma decisão definitiva do povo Guaranie Kaiowá.

Aty Guasu comunica a todas sociedades nacionais e internacionais que os membros do povo Guarani Kaiowá resistiram, resistem e resistirão à ação de despejo até a morte, frente à ação de extinção em curso, o povo determina os rituais de proteção, convocando todos os povos indígenas e apoiadores da causa. O povo Guarani e Kaiowá não tem alternativa, por isso as lideranças do povo Guarani e Kaiowá se articulam e começam a planejar a resistência dos povos indígenas no tekoha Apyka’i-Dourados-MS”.

Aty Guasu apoia a resistência da comunidade do tekoha APYKA’I.